



# **Relatório de Gestão e Contas 2021**




## **Sobre ECV:**

A Estradas de Cabo Verde, E. P.E, (doravante designada por ECV) é uma Empresa Pública Empresarial criada pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio, através da transformação do Instituto de Estradas (IE) e extinção do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O capital social da Empresa, por realizar, no montante de 65.000.000 CVE, foi subscrito na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção-Geral do Tesouro (DGT).

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados em anexo e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

# ÍNDICE

1.	EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....	10	
1.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	10	
1.2	MISSÃO, COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES.....	10	
2.	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL.....	11	
2.1	CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS.....	11	
2.2	FORMAÇÃO.....	13	
2.3	RECURSOS TECNOLÓGICOS .....	14	
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS Á ECV, EPE .....	14	
2.5	RECURSO PATRIMONIAIS.....	15	
2.5.1	EDIFÍCIO E INSTALAÇÕES .....	15	
2.5.2	VIATURAS.....	15	
2.6	RECURSO FINANCEIROS.....	15	
2.6.1	RECEITAS.....	15	
2.6.2	DESPESA FSA.....	16	
3.	ATIVIDADES REALIZADAS PELA UNIDADE TÉCNICA.....	17	
3.1	CONCURSOS LANÇADOS E CONTRATOS ASSINADOS .....	17	
3.2	AUTORIZAÇÕES E EMBARGOS .....	17	
3.3	OBRAS EM CURSO.....	19	
3.4	OBRAS CONCLUÍDAS.....	26	
3.5	MANUTENÇÃO.....	31	
3.6	EVOLUÇÃO DA REDE.....	34	
3.7	CONTROLE QUALIDADE .....	34	
3.8	BASE DE DADOS E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA .....	38	
3.9	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO ANUAL DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (PAMR)	40	
4.	RESTITUIÇÃO DA TSMR E OUTRAS DESPESAS RESIDUAIS .....	41	
4.1	RESTITUIÇÃO DA TSMR.....	41	
4.2	RESTITUIÇÃO DA TSMR POR ILHA.....	42	
4.3	OUTRAS DESPESAS RESIDUAL.....	43	
5	ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA .....	44	
5.1	Gestão de Riscos.....	44	
5.2	A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	44	
5.3	Resultados .....	44	
5.4	Volume de Negócios.....	45	
5.5	Gastos Operacionais .....	45	
5.6	Fornecimentos e Serviços externos (FSE).....	46	



5.7	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	47
5.8	APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	47
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	48
	ANEXOS.....	53

## FIGURAS

Figura 1 - orgânica da ECV .....	10
Figura 2- Gráfico de Género na ECV .....	12
Figura 3 - Formação académica na ECV.....	13
Figura 4 - Receitas.....	16
Figura 5 - Despesa FSA.....	16
Figura 6 - Autorizações emitidas em 2021 .....	18
Figura 7 - Embargos efetuados em 2021.....	19
Figura 8 - Número de Obras que decorreram no 2021, (por Ilha) .....	19
Figura 9 - Figura 4 - Valor acumulado das obras em 2021 (por Ilha) .....	20
Figura 10 - Construção da Estrada Ribeira da Cruz – Martiene - Santo Antão.....	20
Figura 11 - Achada Igreja / Fazenda – EM-T-01 – Santiago .....	21
Figura 12 - Chão de Formoso/Gil bispo - Santiago .....	21
Figura 13 - Chã de Escudela - Tarrafal de Monte Trigo – Santo Antão.....	22
Figura 14 - Ribeira dos Picos – Santiago .....	22
Figura 15 - Substituição de guardas metálicas por muro cortina - Estrada Baia / Calhau – São Vicente.....	23
Figura 16 - Chão de formoso/Gil Bispo - Santiago.....	23
Figura 17 - Sinalização horizontal da estrada Mindelo – Aeroporto .....	24
Figura 18 - Ribeira Brava - Água das Patas .....	24
Figura 19 - Financiador / Número Obras .....	25
Figura 20 - Figura 15 - Valor da Obra / Financiador .....	25
Figura 21 - Número de Obras concluídas em 2021 (por Ilha) .....	26
Figura 22 - Figura 17 - Valores das Obras concluídas em 2021 (por Ilha) .....	26
Figura 23 - EN3-ST-22 – PK 5+000 – Chã de Tanque, Assomada / Rincão – Santiago .....	27
Figura 24-- EN3-ST-01 – PK 5+700, Praia/São Francisco – Santiago.....	27
Figura 25 - - Nova Cintra / Mato – Brava.....	28
Figura 26 - Chão Bom/ Campo de concentração – ao centro da cidade do Tarrafal (Mangue) - Santiago... 28	
Figura 27 - Ribeira da Cruz / Martine – Santo Antão.....	29
Figura 28 - Acesso a Nora – São Domingos .....	29
Figura 29 - - Financiador / Valores das Obras concluídas em 2021.....	30
Figura 30 - Financiador / Número de obras concluídas em 2021 .....	30
Figura 31 - EN1-ST-01 – Serra Malagueta - Santiago.....	31
Figura 32 - Via Estruturante – Boa Vista.....	32
Figura 33 - Colocação de sinalização na Ilha do Maio .....	32
Figura 34 - Manutenção EN's – São Vicente.....	33
Figura 35 - Figura 30 - Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais.....	34
Figura 36 - Manutenção em São Vicente .....	35
Figura 37 - Manutenção Espargos / Santa Maria .....	35
Figura 38 - EN3-ST-18 – PK 1+700 – Rib <sup>a</sup> da Barca.....	36
Figura 39 - EN1-ST-01 – PK 28+800 Assomada/Tarrafal.....	36
Figura 40 - Ensaio Marshall – Gil Bispo/ BB.....	37
Figura 41 - Ensaio de garrafa D'Areia - Ribeira dos Picos/ABGE .....	37
Figura 42 - Vista geral da Base de dados .....	38
Figura 43 - Vista de exportação de dados .....	38
Figura 44 - Produção cartográfica .....	39
Figura 45 - Execução Financeira PAMR .....	40
Figura 46 - Restituição TSMR.....	42

Figura 47 - PSMR por ilha .....	42
Figura 48 - Outras Despesas Residual.....	43
Figura 49 - Gastos Operacionais.....	45
Figura 50 - Gasto operacionais .....	46
Figura 51 - FSE-2021 .....	46

## TABELAS

Tabela 1 - número de efetivos por Unidade Orgânica da ECV – 2021 .....	12
Tabela 2 - Efetivos quanto ao tipo de vínculo .....	12
Tabela 3 - Quadro 1 – Concursos lançados e Contratos Assinados 2021.....	17
Tabela 4 - PAMR .....	41

## ORGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração:

**Presidente:** Eng.º Eduardo Monteiro Lopes

**Vogal Executivo:** Eng.º José Horácio Varela

**Vogal Executivo:** Dr. Osvaldo Elzo Pina Monteiro dos Reis Borges

### Fiscal Único:

Dr. Ildo Adalberto Lima, Despacho conjunto nº08/2020

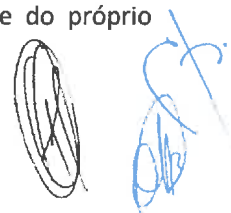
## COMUNICAÇÃO DO PCA

As infraestruturas rodoviárias têm cada vez mais um papel relevante no desenvolvimento da economia; Estradas com parâmetros satisfatórios e normais condições de circulação, de comodidade e de segurança reduzem o custo de transportes e, portanto, o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis e mais competitivas, também, permitem que cada região se especialize nas atividades económicas para as quais tenham maior vocação, gerando ganhos de produtividade e qualidade para toda a economia. A redução do tempo de viagem entre as cidades e/ou aglomerados permite aumentar os laços económicos e sociais, o que aumenta o universo de escolha dos consumidores e a concorrência entre as empresas.

Os investimentos em infraestruturas rodoviárias, nomeadamente nas estradas, também podem ter importante impacto na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de menor renda.

Assim, a Estradas de Cabo Verde, Entidade Pública Empresarial (ECV) que substituiu automaticamente o Instituto de Estradas (IE) e o Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR), conservando a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação, criada pelo Decreto Lei n.º 20/2019, de 13 de maio, tem vindo a garantir a gestão, a exploração e a conservação das infraestruturas rodoviárias e tem contribuído para que os investimentos públicos em estradas concretizem todo seu potencial benéfico à população, intervindo no seu papel de gestor e autoridade rodoviária, planeando e monitorizando investimentos.

Esse incremento resultou fundamentalmente da necessidade de se modernizar a rede de estradas existente face ao crescente aumento do volume do fluxo do tráfego verificado, foi conseguido em grande parte com o aproveitamento do financiamento dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e do próprio Governo.





A ECV tem vindo a garantir a gestão das estradas nacionais sobretudo através dos contratos REMADOR (Reabilitação e Manutenção por Desempenho e Obrigações de Resultados) que contemplam 4 componentes, nomeadamente: trabalhos de reabilitação, serviços de manutenção corrente, trabalhos de melhorias e trabalhos de urgência e ainda através dos contratos SEMAC-EN (Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais) cuja duração é de 2 anos.

Até a presente data, 1104,5 km de estradas nacionais constituem objeto dos contratos de manutenção corrente, o que representa uma taxa de cobertura de 93,9% da extensão da rede rodoviária nacional. Essa cobertura total em manutenção corrente contempla as estradas de todas as ilhas habitáveis do Arquipélago.

As vias principais de Cabo Verde estão consolidadas. No entanto, a ECV tem ainda o desafio de melhorar as acessibilidades no que diz respeito a algumas estradas de penetração com o objetivo de desencravar localidades e permitir o desenvolvimento da economia local, com enfoque na agricultura, pesca, comércio, pecuária e turismo.

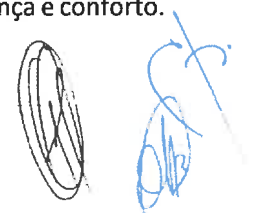
Pode-se considerar que a preocupação em se entender a rede para áreas de baixa densidade, onde as receitas económicas são baixas, aumentou os custos de manutenção.

A taxa de manutenção rodoviária sobre o combustível, no valor de 8\$00 por cada litro comprado, e que visa assegurar recursos adequados para a preservação da rede rodoviária, está justificada na fórmula “utilizador/pagador”. Porém, as receitas arrecadadas têm-se mostrado insuficientes para cobrir de forma satisfatória as despesas de manutenção de toda a malha rodoviária do país.

Os Estatutos das Estradas Nacionais (EEN) aprovados pelo Decreto-Lei n.º 22/2008, de 30 de junho e cuja alteração aos artigos 3.º e 18.º ocorreu através do Decreto-lei n.º 28/2017, de 5 de junho, constitui uma ferramenta de gestão e defesa das estradas nacionais. Esse instrumento define o domínio público rodoviário nacional, regulamenta o seu uso e confere à ECV amplos poderes de autoridade destinados à sua proteção, incluindo o privilégio da execução prévia.

A experiência demonstra, contudo, que a sua aplicação de forma suficientemente abrangente e sistemática, reclama consensos sobre a aplicação do seu conteúdo e por isso, exige diálogo e concertação permanente entre a ECV, os órgãos da administração central, as autarquias locais e os utentes.

Deste modo, o Conselho de Administração da ECV, reconduzido em setembro de 2019, no cumprimento do disposto nos Estatutos da ECV, aprovados através do Decreto Lei n.º 20/2019, de 13 de maio, tem dado uma atenção particular à valorização do Património Rodoviário, com base na adoção de uma estratégia de intervenção para a construção e reabilitação das infraestruturas rodoviárias de forma sustentada, integrando a dimensão técnica, económica, social e ambiental, com elevados níveis de segurança e conforto.



É nosso propósito através deste Relatório de Gestão e Contas 2020<sup>1</sup> dar a conhecer as realizações e os desafios da ECV – Estradas De Cabo Verde, EPE. Todavia, vale desde já afirmar que os desafios estão todos os dias na agenda, e exigem o concurso abnegados de todos, convindo a prossecução dos mesmos.



# 1. EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO

## 1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da ECV comporta, além dos órgãos de decisão (Conselho de Administração, apoiado por um Gabinete), de consulta (Conselho Consultivo) e de fiscalização (Fiscal Único), e com duas Unidades Intermédias: uma Unidade Técnica e uma Unidade de Gestão de Recursos, como indicado no esquema abaixo:

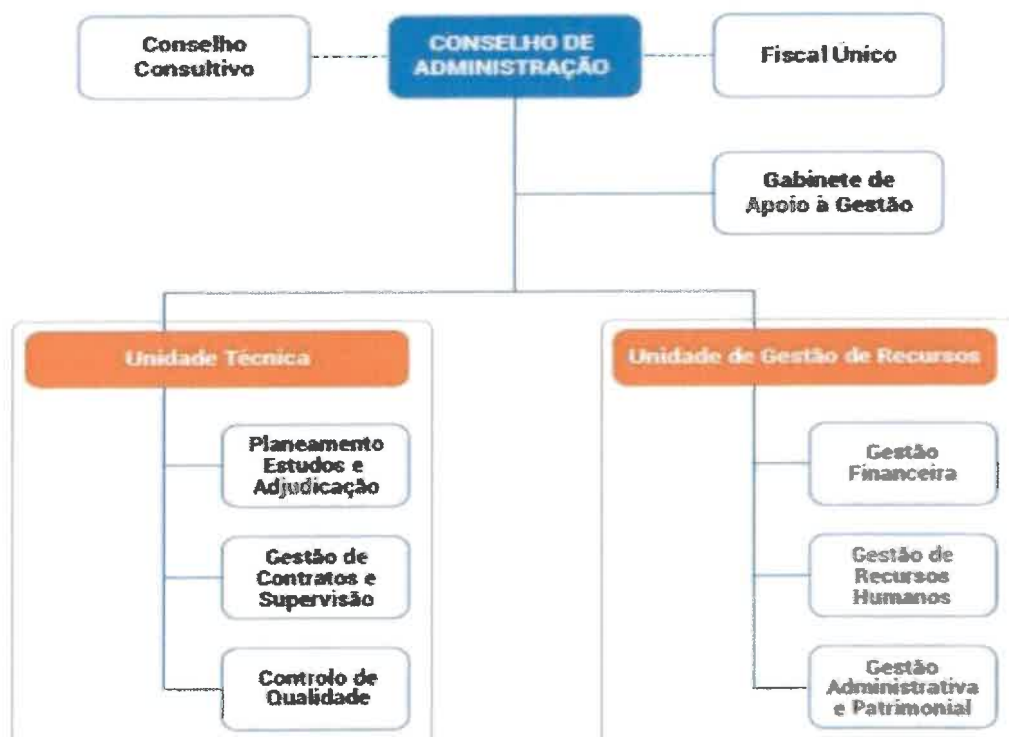


Figura 1 - orgânica da ECV

## 1.2 MISSÃO, COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Estradas de Cabo Verde tem como missão central a prestação do serviço público, em moldes empresariais, de planeamento, construção, manutenção, reabilitação, exploração, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definida no Plano Rodoviário Nacional. Conforme os seus Estatutos (publicados através do Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio), a ECV tem as seguintes competências e atribuições:

- Assegurar a conceção, a construção, a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional e de todos os bens que integram o domínio rodoviário nacional;
- Aplicar, em articulação com todas as entidades interessadas, as normas regulamentares aplicáveis

ao sector e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais;

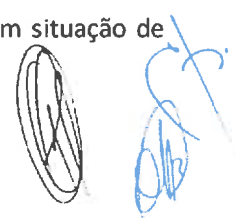
- Contribuir, no âmbito das suas competências, para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte e promover o desenvolvimento do conhecimento e os estudos que contribuam, no âmbito das suas atribuições, para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- Assegurar a fiscalização, o acompanhamento e a assistência técnica nas fases de execução de empreendimentos rodoviários e zelar pela sua qualidade técnica e económica, em toda as fases de execução;
- Promover a melhoria contínua das condições de circulação, com segurança e conforto para os utilizadores e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais, e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, nomeadamente no que se refere à ocupação das zonas envolventes;
- Manter atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- Promover a comunicação e o apoio ao utente, na perspetiva de satisfação do serviço público rodoviário nacional;
- Assegurar a participação e colaboração com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito das suas competências;
- Promover a expropriação dos imóveis e direitos indispensáveis à conservação e exploração da rede rodoviária.

## 2. FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

O contributo dos Colaboradores é essencial para o desempenho e para a prossecução da estratégia definida pela ECV. A estratégia de Recursos Humanos consiste em maximizar o potencial dos nossos colaboradores, aumentando assim a capacidade organizacional, criando condições necessárias e favoráveis a um bom ambiente de trabalho promotor de desenvolvimento de competências, ao mesmo tempo potencia a prestação de um serviço de qualidade aos utentes das vias rodoviárias e facilita o próprio desenvolvimento do País.

### 2.1 CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

Ao final do ano de 2021, a ECV contava com 22 efetivos a cargo da empresa, ou seja, os quais são suportados e financeiramente refletidos na rubrica de Gastos com Pessoal, que representam 21 colaboradores em 2021 (incluindo os 3 membros do Conselho de Administração). Acresce, ainda, 1 colaborador em situação de licença sem vencimento, totalizando-se, por conseguinte, um global de 22 colaboradores.

Handwritten signature in blue ink and a circular stamp, likely an official seal or signature mark.

Unidade Orgânica	Nº de efetivos
Conselho de Administração	3
Gabinete de Apoio à Gestão	2
Unidade Técnica	9
Unidade de Gestão de Recursos	8
<b>Total de efetivos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>22</b>

Tabela 1 - número de efetivos por Unidade Orgânica da ECV -- 2021

Quanto a relação ao Género, a distribuição do efetivo de colaboradores da ECV, 13 são do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Assim, os homens correspondiam a 59 % e as mulheres representavam 41% do total dos colaboradores no ativo.

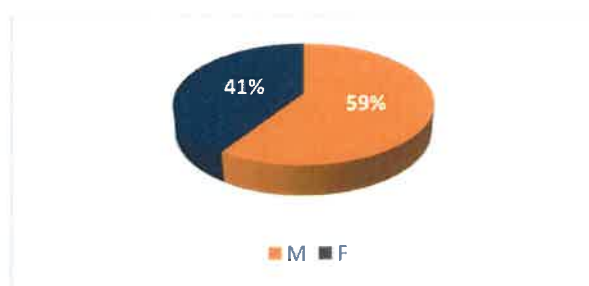


Figura 2- Gráfico de Género na ECV

Do total de colaboradores, 20 são quadros efetivos da ECV, correspondendo a 91% dos colaboradores, sendo que os restantes 2 colaboradores se encontram em regime de contrato de trabalho, perfazendo 9% do total de colaboradores.

RH	M	F	Total	%
Efetivo	11	9	20	91%
Contrato	2	0	2	9%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 - Efetivos quanto ao tipo de vínculo

Face à atividade desenvolvida, que obriga a um elevado nível de conhecimentos e competências, a maioria dos nossos colaboradores têm formação académica de nível superior. No final de 2021, cerca de 73% da estrutura total de colaboradores da ECV era constituída por quadros superiores.

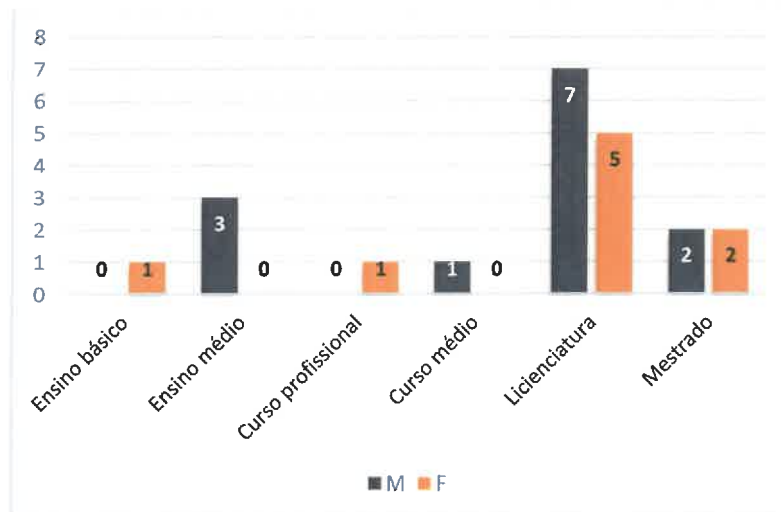


Figura 3 - Formação académica na ECV

A ECV entende que a capacitação técnica e/ou comportamental é imprescindível para o desenvolvimento dos colaboradores, pois, proporciona a aquisição de conhecimentos e novas competências fundamentais para o incremento do desempenho dos colaboradores, das equipas e da instituição como um todo.

Assim, a formação profissional é um elemento indispensável ao desenvolvimento das empresas e assume um papel crucial no cumprimento dos objetivos estratégicos da Estradas de Cabo Verde, Entidade Pública Empresarial (ECV-EPE).

## 2.2 FORMAÇÃO

A ECV, EPE para 2021, em termos de Formação que inclui uma série de ações que visa melhorar as competências dos colaboradores, contribuir para o desenvolvimento do potencial humano face às necessidades do mercado, através da preparação e qualificação dos profissionais para a prestação de serviços com uma qualidade técnica excelente o que permitirá à empresa criar as condições para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos utentes das estradas e ajudar no cumprimento dos objetivos.

Com vista ao alinhamento empresarial e no cumprimento dos objetivos preconizados, foram realizados ao longo de 2021, um total de três (3) ações de formação, contabilizando uma taxa de participação de 19% dos colaboradores e 29 horas:

- Formação em “**Marketing Digital**” com 21h de carga horária;
- Fórum Nacional Urbano sobre “**Implementando Políticas e Transformando nossas cidades para o Futuro Urbano Melhor**” com 4h de carga horária;
- Apresentação da Infraestrutura de Dados Espaciais de CABO Verde (IDE-CV), com 4h de carga horária;

## 2.3 RECURSOS TECNOLÓGICOS

A tecnologia deixou de ser um luxo ou privilégio em todo o mundo, seu uso tornou-se um elemento fundamental nas esferas pessoal e empresarial. O sector das novas tecnologias de informação e comunicação tem assumido um papel fundamental em determinadas vertentes tornando-se em alguns casos uma ferramenta essencial para materializar os objetivos.

Em um mundo tão ativo e globalizado, as empresas devem ser rápidas e eficientes com todos os seus recursos, a tecnologia chegou para solucionar os problemas e eliminar as barreiras das organizações através de sistemas inovadores e adaptáveis às necessidades de cada um.

A ECV, E. P.E por sua vez não ficou para traz, antes contava com um serviço de informática terceirizado e a partir 2020 passou a contar com um Técnico de Sistema de Informação (GSI) que veio assegurar a acessibilidade e disponibilidade de todos os recursos e serviços informáticos.

Durante o ano 2021 foram elencadas inúmeras atividades a serem desenvolvidas no domínio das TICs e que alinhada com o plano traçado, permitiu com que a ECV, E.P.E., hoje esteja em um nível bem mais avançar do que nos anos anteriores. Podendo assim destacar:

- Upgrade no sistema de comunicação (internet), foi adquirido duas antenas Mikrotik SXT para comunicação via rádio entre a ECV e a rede RTPE, para melhorar o acesso a internet.
- Aquisição de novos equipamentos de comunicação tais como (switch, Access Point), para dar mais consistência a nossa comunicação e garantir melhor estabilidade e segurança nos acessos a internet.
- Aquisição de computadores Desktops, portáteis, monitores, impressoras multifunções entre outros equipamentos para a renovação do parque informático.
- Implementação do projeto de sistema de Gestão documental, que nos permitirá digitalizar todos os processos da ECV, desde a sua entrada na receção até ao seu arquivo ou despacho final;
- Capacitação de colaboradores na área de Marketing Digital para dar frente a gestão das plataformas online e redes sociais da ECV.

## 2.4 SERVIÇOS PRESTADOS Á ECV, EPE

Em face as necessidades no desenvolvimento das atividades da ECV, no ano de 2021 foi dado seguimento a alguns serviços contratualizados, nomeadamente com a AYS – Auditores e Consultores, Sociedade de Auditores certificados, LDA, prestadora de serviços de contabilidade e também com a IDEA, LDA, para a prestação de serviços de gestão das plataformas Web e assegurar a normalidade e continuidade dos serviços de alojamento, manutenção e suporte técnico à melhoria continua das funcionalidades e gestão dos conteúdos multimédia.





Quanto a assistência e consultoria jurídica, esses serviços foram garantidos pontualmente, tendo o Dr. Ilídio Cruz, prestou assistência jurídica na elaboração de Pareceres, e a Dra. Yara Miranda, prestou serviços de assessoria jurídica na elaboração de aditamento e alterações de contratos e no âmbito de uma ação judicial, foi necessário a constituição de um advogado, o Dr. António Gonçalves Ferreira, para elaborar e apresentar da necessária contestação da referida ação.

## **2.5 RECURSO PATRIMONIAIS**

### **2.5.1 EDIFÍCIO E INSTALAÇÕES**

Durante o Ano de 2021 a ECV operou no Prédio de Ordem dos Engenheiros, sito no 2º piso direito e 4º piso direito e esquerdo, localizado na avenida Santiago nº28, Palmarejo, cidade da Praia – Cabo Verde. Com a extinção do FAMR e a transformação de IE em ECV a instalação não satisfaz adequadamente o que são as necessidades físicas de acomodação e impossibilitam a boa prestação dos serviços administrativos e operacionais da ECV.

### **2.5.2 VIATURAS**

A ECV dispõe de uma frota constituída por 3 viaturas sendo 1 (uma) de 2006 que pertencia ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária que foi afetada a Instituição em 2017 e mais 2 (duas) sendo 1 (uma) disponibilizada pela DGPOG do MIOTH em 2020 e a outra disponibilizada pelo LEC, E.P.E., em 2021. Das 3 viaturas mencionadas, todas estão operacionais.

Essa frota tem servido à ECV na sua atividade de gestão e fiscalização das estradas nacionais na ilha de Santiago, bem como no apoio à Administração e materialização do programa PRRA. Considerando a atividade da empresa que é a gestão e manutenção de estradas nacionais do país, torna-se evidente e urgente a necessidade de dispor de uma frota de viaturas em bom estado de conservação para poder fazer deslocar os seus técnicos aos vários pontos da Ilha de Santiago e com isso dar respostas as solicitações e demandas no âmbito rodoviário.

## **2.6 RECURSO FINANCEIROS**

Com base no Estatuto da ECV, EPE, no capítulo V, Regime Financeiro e Patrimonial e da Tutela, o artigo 22º, define as receitas previstas em termos financeiros. A ECV, EPE desde a sua criação tem cobrado apenas as receitas da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR) que corresponde a 8esc/litro de combustível comercializado nas petrolíferas, as Vendas de Dossiê de Concurso Público e da Taxa de Ocupação de Subsolos.

### **2.6.1 RECEITAS**

A maior fonte de receitas da ECV, EPE tem sido a TSMR, isto é, para o ano de 2021, constituiu cerca de 98,5% da receita total entrada nos cofres da ECV. Esta percentagem corresponde a 706.553.780 CVE. Os restantes



1,5% corresponde a 10.960.415 CVE fruto das outras receitas previstas. O gráfico abaixo demonstra a evolução das entradas da TSMR ao longo dos cinco anos. Com a retoma da economia, após o período vivido pela situação sanitária, provocada pela Covid-19, em 2021, as receitas aumentaram em 26,5%.

## Receitas

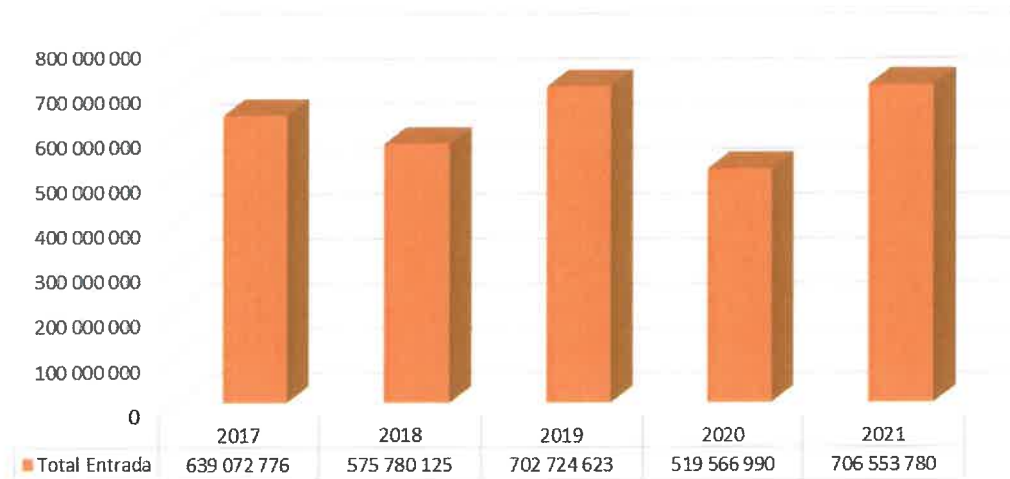


Figura 4 - Receitas

### 2.6.2 DESPESA FSA

Os custos de Funcionamento têm vindo a aumentar isto derivado das progressões/promoções dos Colaboradores da empresa. Por outro lado, a nível de aquisições de bens e serviços e outras despesas houve uma forte aposta na compra de equipamentos informáticos, fruto de uma nova abordagem no campo de Modernização e Transformação Digital em curso na ECV, EPE. O gráfico abaixo reflete um aumento das despesas em 7,7% em comparação ao ano de 2020.

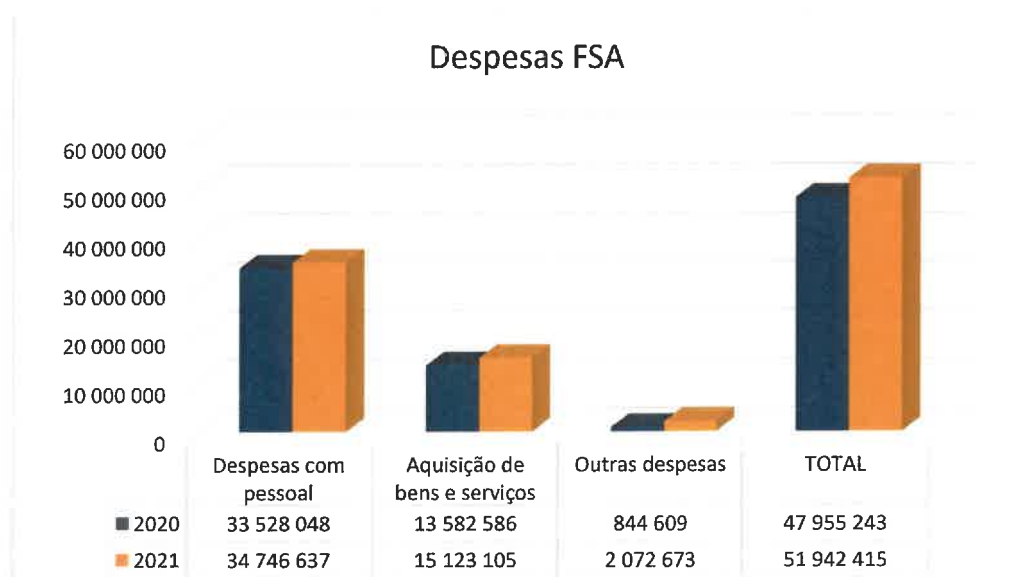


Figura 5 - Despesa FSA

### 3. ATIVIDADES REALIZADAS PELA UNIDADE TÉCNICA

#### 3.1 CONCURSOS LANÇADOS E CONTRATOS ASSINADOS

No decorrer de 2021, foram lançados 8 (oito) concursos e assinados 8 (oito) contratos, 7 (sete) dos quais na modalidade de concurso público e 1 (um) com o procedimento de ajuste direto.

Quanto às fontes de financiamento para essas empreitadas todos os financiamentos são do PAMR – ECV, onde concorreram várias empresas do mercado, e os contratos foram assinados com 4 (quatro) empreiteiros distintos e 1 (um) gabinete de Estudos e Projetos.

OBJETO DE AQUISIÇÃO	PROCEDIMENTO UTILIZADO	ENTIDADE CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO S/IVA	DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	FONTE DE FINANCIAMENTO
Sinalização Horizontal da Estrada Nacional EN1-ST-01 - Praia - Assomada	Concurso público	Tecnovia, CV Lda	7 810 313,00 ECV	04/03/2021	Plano de Investimento ECV
Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais (SEMACE-EN) Ilha de Santiago Lote ST-01A	Concurso público	Elevation	128 943 261,00 ECV	22/02/2021	PAMR - ECV
Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais (SEMACE-EN) Ilha de Santiago Lote ST-01B	Concurso público	Elevation	125 801 191,00 ECV	22/02/2021	PAMR - ECV
Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais (SEMACE-EN), na ilha Brava	Concurso público	Elevation	50 014 000,00 ECV	26/02/2021	PAMR - ECV
Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais (SEMACE-EN), na ilha do Maio	Concurso público	TECHNOR/Pró Santana	34 053 212,11 ECV	05/05/2021	PAMR - ECV
Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais (SEMACE-EN), na ilha de São Vicente	Concurso público	Construção Barreto	46 916 494,00 ECV	18/10/2021	PAMR - ECV
Elaboração Projecto de Execução e Melhorias EN Esargos/S.Maria e Av dos Hoteis	Concurso público	Sistema Engenharia, SA	3 100 000,00 ECV	25/02/2021	PAMR - ECV
Sinalização Horizontal das Estradas EN1-SL-01 e EN1-SL-02- Espargos- P.Lume- Espargos- S.Maria	Ajuste directo	Tecnovia, CV Lda	10 849 902,00 ECV	01/12/2021	Plano de Investimento ECV

Tabela 3 - Quadro 1 – Concursos lançados e Contratos Assinados 2021

#### 3.2 AUTORIZAÇÕES E EMBARGOS

A Estradas de Cabo Verde E.P.E. enquanto Autoridade Nacional de Estradas, cujo objeto é o planeamento, construção, reabilitação, manutenção, exploração, desenvolvimento e execução de infraestruturas rodoviárias, sentiu a necessidade de regulamentar o Domínio Público Rodoviário para não comprometer o desenvolvimento da Rede Rodoviária Nacional, criando assim mecanismos para a sua utilização. Neste sentido, foi criado o Decreto-Lei n.º 22/2008, de 30 de junho, que aprova os Estatutos das Estradas Nacionais

(EEN) e que estabelece o no seu artigo 20.º a área de jurisdição da Estradas de Cabo Verde, que compreende nomeadamente:

- Os bens de domínio público rodoviário;
- As áreas de servidão rodoviária e
- A área de respeito.

Estabelece o referido Estatuto no seu artigo 21.º que, a intervenção de terceiros nas áreas referidas acima, ou seja, a realização de obras e atividades por parte de terceiros nas áreas que integram a jurisdição da Estradas de Cabo Verde depende sempre de Autorização/ Licenciamento por parte desta Instituição.

Neste sentido, com a aprovação do Estatuto a Estradas de Cabo Verde tem vindo a fiscalizar a sua área de jurisdição nomeadamente através dos seus Gestores de Estradas Nacionais, bem como através das Empresas detentoras dos Contratos SEMAC-EN (serviços de manutenção corrente em Estradas Nacionais) e REMADOR (Reabilitação e Manutenção com base no Desempenho e por Obrigação de Resultados), procurando com que apenas aqueles que cumpram com os requisitos legalmente exigidos, sejam autorizados a realizar as suas obras e/ou atividades dentro da área de jurisdição da ECV. Assim, durante o ano de 2021, a ECV emitiu 42 (quarenta e duas) Autorizações (mais 4 do que no ano de 2020), sendo maioritariamente na Ilha de Santiago. (Fig. 1)

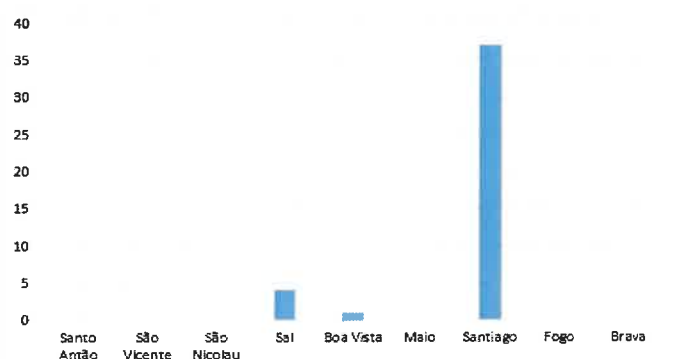


Figura 6 - Autorizações emitidas em 2021

Porém, ainda existem casos em que os requerentes não respeitam os requisitos estipulados na Autorização bem como o respetivo Projeto ou simplesmente realizam construções ilegais, ou seja, sem a necessária Licença ou Autorização emitida pela ECV. Nesses casos a ECV é competente para embargar essas obras conforme estabelece o artigo 44.º do ECV. Os Embargos são realizados e fiscalizados pelos Gestores das Estradas Nacionais e devem ser notificados ao responsável pela direção técnica de cada obra. Esta notificação nem sempre é possível pois, várias obras não dispõem de placa no local da obra (legalmente exigido), e que permite identificar os nomes do Diretor Técnico e do Dono da Obra. Quando assim é, o Despacho do Embargo é afixado no local da obra para que o Dono de Obra/Diretor Técnico tenha conhecimento do mesmo.

Como forma de sensibilizar a população sobre as construções ilegais na área de Jurisdição Rodoviária, a ECV tem vindo a realizar encontros com as Câmaras Municipais (entidades responsáveis pela emissão das licenças de construção em cada Município), e também a ECV tem publicado os requisitos necessários para a obtenção de uma Autorização nas nossas páginas oficiais, entre outros.

Durante o ano de 2021 foram embargadas 7 (sete) construções mais 3 (três) do que no ano anterior), Fig. 2, por terem sido iniciados dentro da área de Servidão Rodoviária sem a prévia Autorização por parte da ECV.

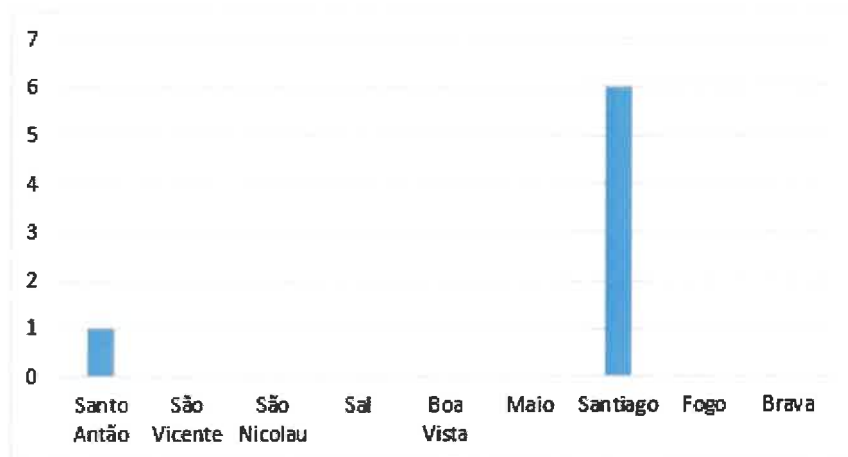


Figura 7 - Embargos efetuados em 2021

### 3.3 OBRAS EM CURSO

Durante o ano de 2021, estiveram em curso 45 obras rodoviárias, nas componentes de Reabilitação, Melhoria, Urgência e Construção, em todas as ilhas, sendo 24 concluídas ainda durante esse ano.

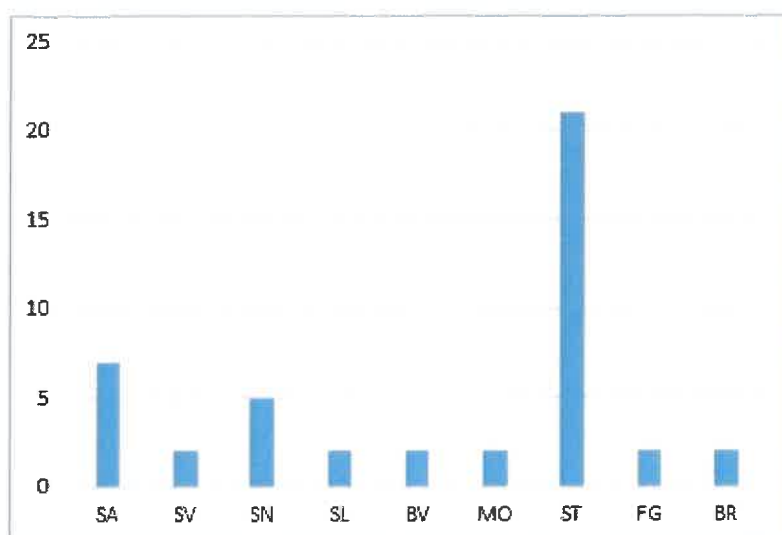


Figura 8 - Número de Obras que decorreram no 2021, (por Ilha)

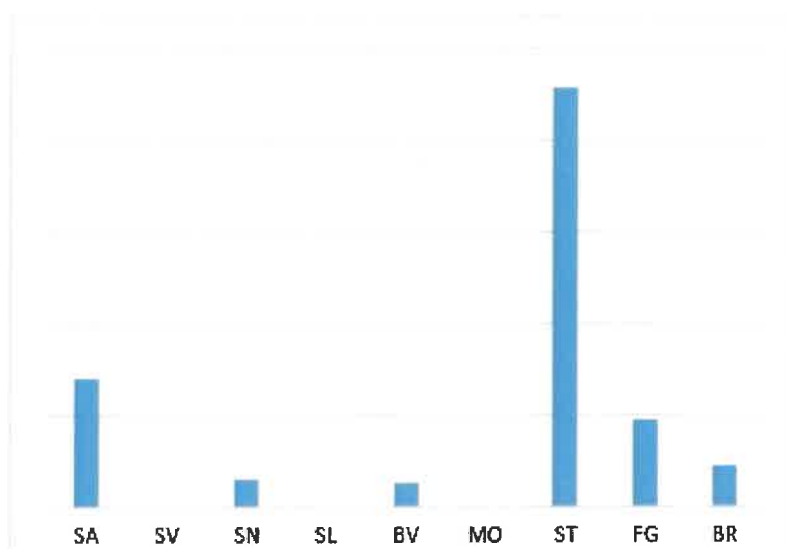


Figura 9 - Figura 4 - Valor acumulado das obras em 2021 (por Ilha)



Figura 10 - Construção da Estrada Ribeira da Cruz – Martiene - Santo Antão

Handwritten signatures in blue ink.





*Figura 11 - Achada Igreja / Fazenda – EM-T-01 – Santiago*



*Figura 12 - Chão de Formoso/Gil bispo - Santiago*

Handwritten signatures in blue ink.



*Figura 13 - Chã de Escudela - Tarrafal de Monte Trigo – Santo Antão*



*Figura 14 - Ribeira dos Picos – Santiago*

Handwritten signatures in blue ink.





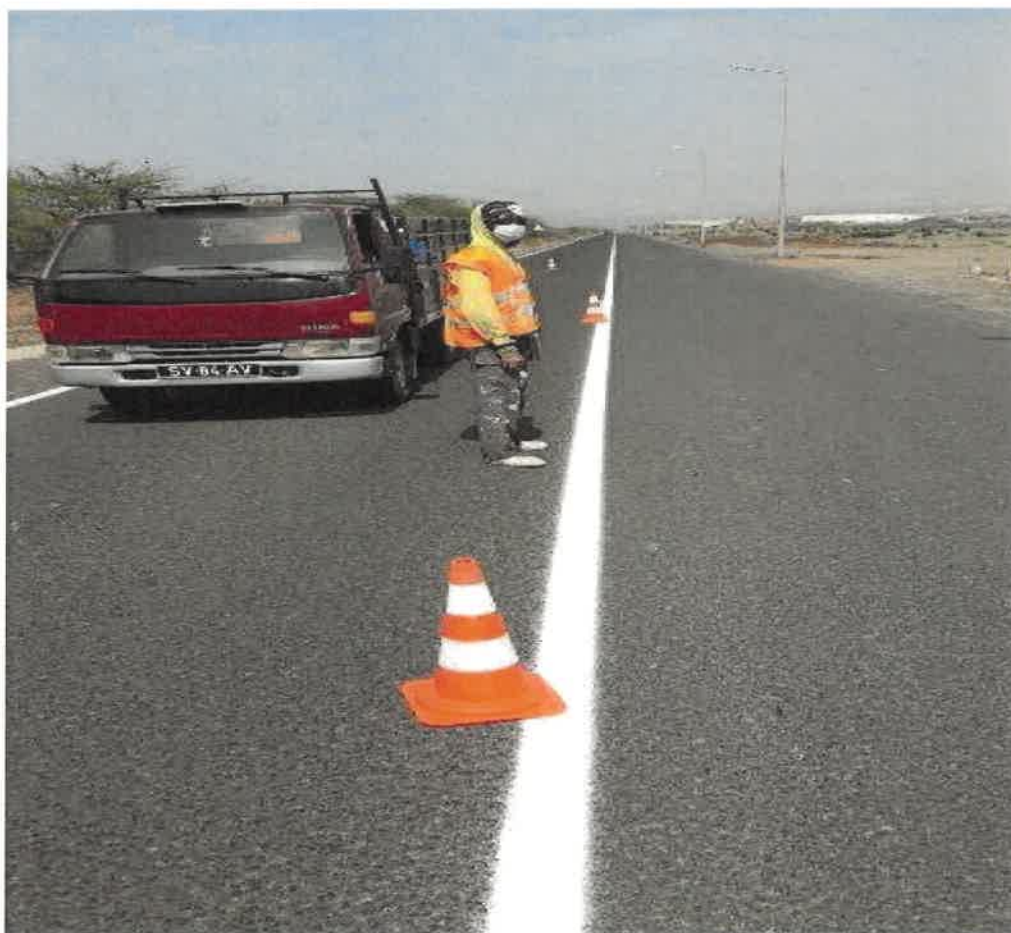
*Figura 15 - Substituição de guardas metálicas por muro cortina - Estrada Baía / Calhau – São Vicente*



*Figura 16 - Chão de formoso/Gil Bispo - Santiago*

*[Handwritten signature]*





*Figura 17 - Sinalização horizontal da estrada Mindelo – Aeroporto*



*Figura 18 - Ribeira Brava - Água das Patas*

Handwritten signatures in black and blue ink.

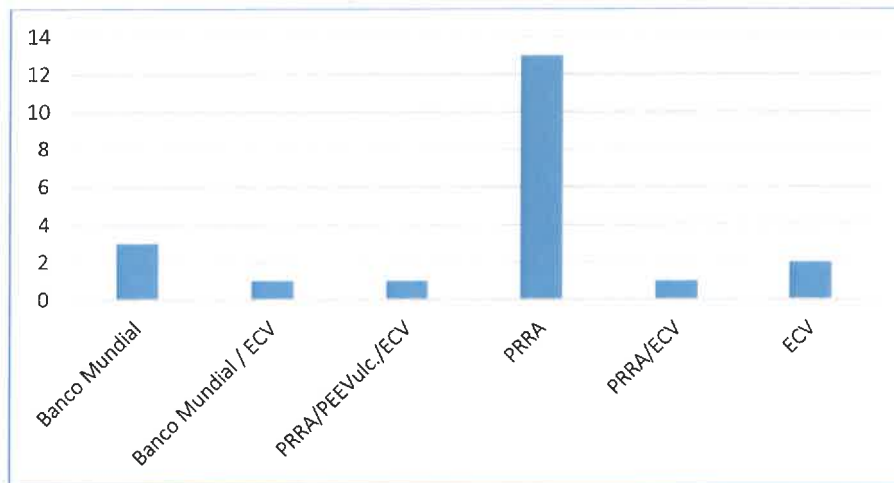


Figura 19 - Financiador / Número Obras

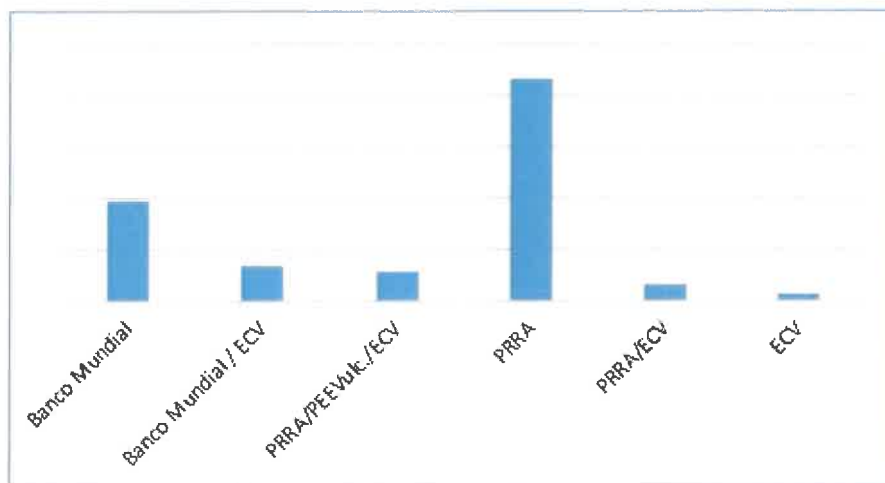


Figura 20 - Figura 15 - Valor da Obra / Financiador

*[Handwritten signature]*

### 3.4 OBRAS CONCLUÍDAS

Durante o ano de 2021, foram concluídas 24 obras rodoviárias, sendo 11 (onze) na ilha de Santiago, 3 (três) nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau, 2 (duas) nas ilhas de São Vicente, Sal e Maio, e 1 (uma) na ilha Brava. (Fig. 15).

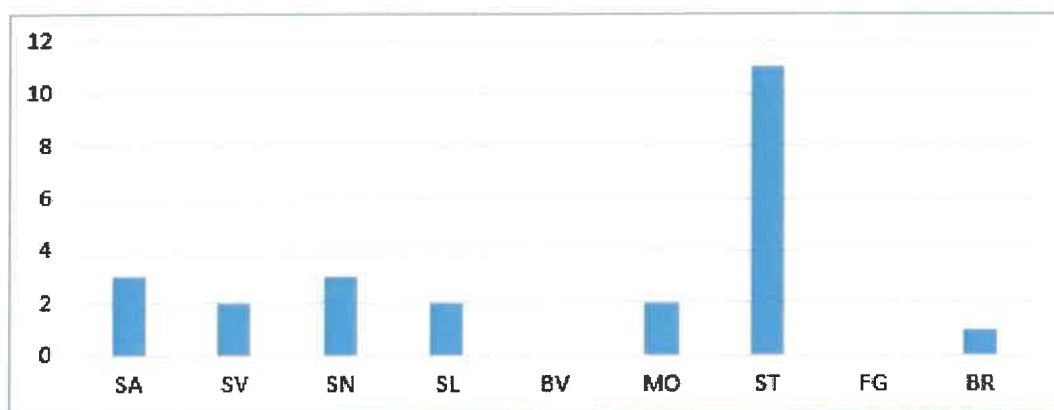


Figura 21 - Número de Obras concluídas em 2021 (por Ilha)

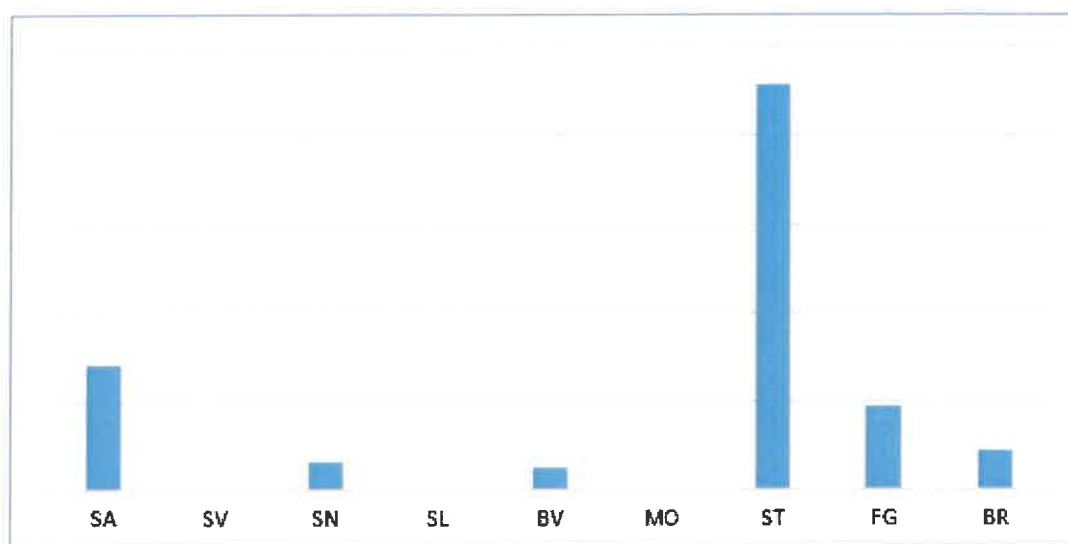


Figura 22 - Figura 17 - Valores das Obras concluídas em 2021 (por Ilha)



Figura 23 - EN3-ST-22 – PK 5+000 – Chã de Tanque, Assomada / Rincão – Santiago



Figura 24-- EN3-ST-01 – PK 5+700, Praia/São Francisco – Santiago

Handwritten signatures in black and blue ink.





*Figura 25 - - Nova Cintra / Mato – Brava*



*Figura 26 - Chão Bom/ Campo de concentração – ao centro da cidade do Tarrafal (Mangue) - Santiago*

*[Handwritten signatures]*



Figura 27 - Ribeira da Cruz / Martine – Santo Antão



Figura 28 - Acesso a Nora – São Domingos

*(Handwritten signatures and initials)*

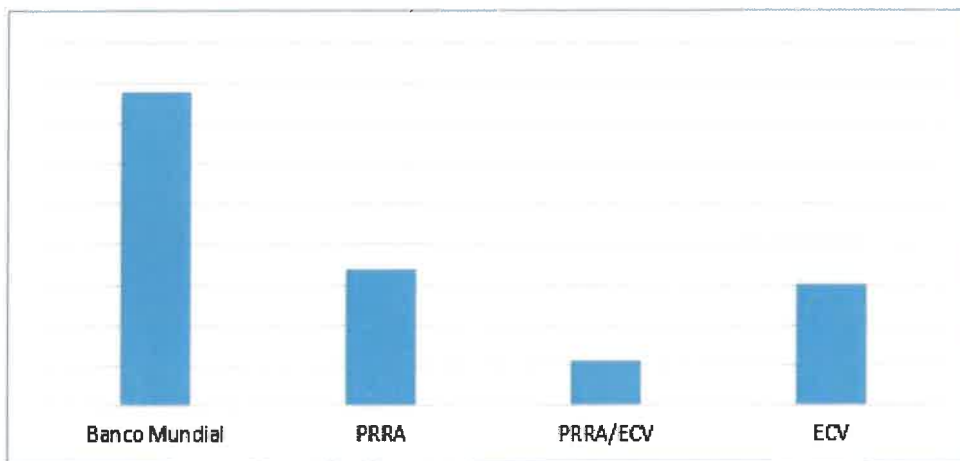


Figura 29 - - Financiador / Valores das Obras concluídas em 2021

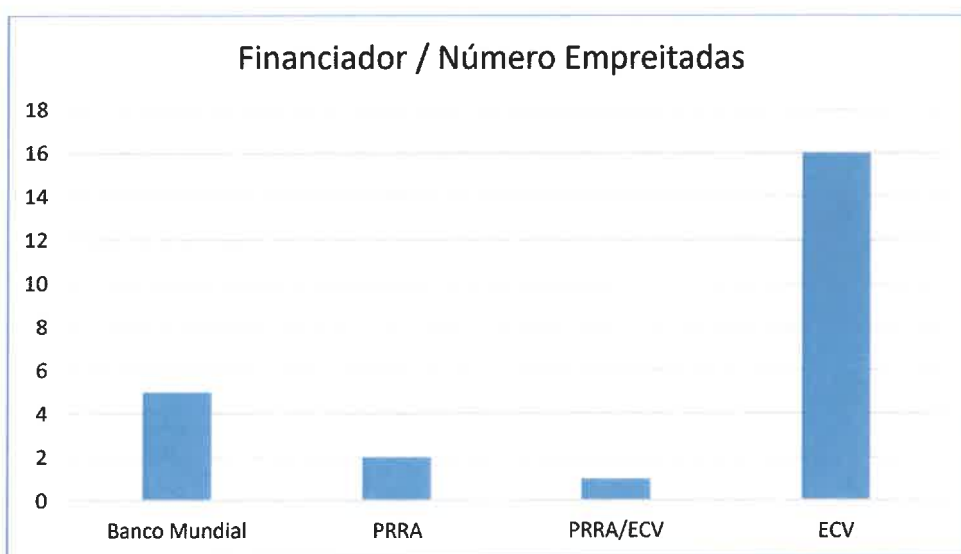


Figura 30 - Financiador / Número de obras concluídas em 2021

De entre as obras concluídas, destacam-se:

- I. Construção da Estrada Ribeira da Cruz/Martiene na ilha de Santo Antão, financiada pelo PRRA, onde as obras essenciais foram a movimentação de terras, execução de muros, órgãos de drenagens longitudinal e transversal, pavimentação (em calçada) e sinalização vertical;
- II. Reabilitação do troço da estrada Ponta de Fonte Lima/Nhagar (EN1-ST-01), cujas principais atividades foram melhoria e introdução de novos órgãos de drenagens, saneamento e regularização do pavimento, execução da camada de desgaste e sinalização horizontal;
- III. Reabilitação da Estrada Chã de Escudela/Tarrafal de Monte Trigo na ilha de Santo Antão, financiado pelo Banco Mundial. A execução desta empreitada foi extremamente desafiante tanto em termos da engenharia rodoviária (devido à orografia e geologia complexas do terreno), como no que diz



respeito à gestão dos recursos disponíveis (mão de obra, materiais, meios mecânicos e financeiros) devido à severidade do clima e ao “isolamento” (muito distante de todos os fornecedores).

### 3.5 MANUTENÇÃO

Em todas as ilhas, as Estradas Nacionais estão cobertas pelos Serviços de Manutenção Corrente, somando uma extensão total de 1104.5 Km, que representa uma taxa de cobertura de 93.9%.

Um dos objetivos da ECV é garantir os serviços de Manutenção Corrente para toda a rede de EN, isto é, cobrir 100% da rede com Serviços de Manutenção Corrente. Trata-se de um enorme desafio, pois a rede vem crescendo consideravelmente e a receita (TSMR) não tem acompanhado esse crescimento.

Os Serviços de Manutenção Corrente e Periódica consistem em pequenas reparações nos ativos da Estrada Nacional: reparações de covas ou depressões, reparação de fendas, desmatização, limpeza e pequenas reparações dos órgãos de drenagem, reposição de calçadas, reposição de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, etc., com o objetivo de repor os Níveis de Serviço.



*Figura 31 - EN1-ST-01 – Serra Malagueta - Santiago*

*[Handwritten signature]*





*Figura 32 - Via Estruturante – Boa Vista*



*Figura 33 - Colocação de sinalização na Ilha do Maio*

*[Handwritten signatures]*



*Figura 34 - Manutenção EN's – São Vicente*

Durante o ano de 2021, os serviços de Manutenção Corrente foram executados através de dois (2) tipos de contratos:

- **Seis (6) REMADOR**, sendo um (1) na ilha de Santo Antão; um (1) na ilha do Fogo e quatro (4) na ilha de Santiago (lotes 2, 3, 4 e 5);
- **Oito (8) SEMAC-EN**, sendo dois (2) na ilha de Santiago (lotes 1A e 1B) e nas ilhas de S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava abrangidas por um (1) contrato cada.

A taxa de cobertura de Manutenção Corrente a nível nacional está distribuída conforme o gráfico que segue:<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A análise foi feita com base nas Estradas Nacionais que reúnem as condições necessárias para a implementação de Serviços de Manutenção Corrente.



Figura 35 - Figura 30 - Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais

### 3.6 EVOLUÇÃO DA REDE

Durante o ano 2021, não se registou o aumento da extensão da rede rodoviária, pois as obras de construção de estradas não ficaram concluídas. Entretanto houve uma melhoria considerável da malha rodoviária nacional, com particular destaque para as ilhas de Santo Antão, Santiago, Fogo e Brava, onde as obras de reabilitação/construção registaram um avanço considerável.

Destaca-se ainda a melhoria das condições de segurança, nomeadamente sinalização horizontal realizada nas estradas Praia/Assomada – ilha de Santiago, Espargos/Santa Maria, Espargos/Pedra Lume – ilha do Sal, Rabil/Sal Rei – ilha da Boavista e Aeroporto Cesária Évora/Mindelo – ilha de São Vicente.

### 3.7 CONTROLE QUALIDADE

Nas obras rodoviárias, a qualidade está ligada ao desempenho e durabilidade das infraestruturas e, portanto, a qualidade de cada atividade associada assume um papel importante na obtenção de qualidade do produto final.

A qualidade da obra passa por uma boa definição das exigências conceptuais do projeto,

na sua correta aplicação para a fase de execução, na seleção de técnicas e processos de qualidade no que respeita aos materiais a incorporar em obra, e na adequada qualificação dos intervenientes envolvidos.

Portanto, o controlo de qualidade na execução das obras rodoviárias é de suma importância, pois permite assegurar que os materiais utilizados são adequados ao fim a que se destinam e que a sua aplicação é a mais indicada e consequentemente garantir uma boa qualidade da obra com durabilidade preconizada.



Figura 36 - Manutenção em São Vicente



Figura 37 - Manutenção Espargos / Santa Maria

*(Handwritten signatures and marks)*



Os trabalhos de Urgência envolvem um volume considerável de atividades, e no que toca ao controlo de qualidade, foram verificadas as características dos materiais a aplicar: pedra (forma e qualidade), ABGE (Granulometria, Desgaste pela maquina de "Los Angeles", Equivalente de Areia, Índices de Lamelação e Alongamento, Proctor Modificado), Betão (ensaio de compressão e abaixamento), Mistura betuminosa (formulação e ensaios de averiguação da qualidade).



*Figura 38 - EN3-ST-18 – PK 1+700 – Ribª da Barca*



*Figura 39 - EN1-ST-01 – PK 28+800 Assomada/Tarrafal*

*(Handwritten signature and initials)*

As intervenções no âmbito das componentes Construção, Reabilitação e Melhoria, têm exigido uma maior atuação no que tange ao controle de qualidade, acompanhando a realização de ensaios nos laboratórios de obra e ensaios in situ, nomeadamente, ensaios de Determinação da Resistência à Compressão do Betão aplicado, Caracterizações de Solos e Agregados, Controle de Compactação de Solos, Controle de Aplicação do Betão Betuminoso, entre outros.



*Figura 40 - Ensaio Marshall – Gil Bispo/ BB*



*Figura 41 - Ensaio de garrafa D'Areia - Ribeira dos Picos/ABGE*



### 3.8 BASE DE DADOS E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O sistema de gerenciamento da base de dados de Informação e Gestão Rodoviária – IGR – criada em 2013 através do acordo de crédito financiado pelo banco mundial no âmbito do projeto de reforma do setor rodoviário, manteve-se ativo e disponível aos colaboradores da ECV através da rede interna “intranet”.

A IGR permite realização de consultas e exportação de um vasto leque de informações que caracterizam a rede rodoviária nacional. O seu painel principal apresenta as informações básicas de uma Estrada Nacional (ver imagem a baixo).

IGR - Informação e Gestão Rodoviária

Registo 1 de 1

☒ Tabela de Estradas  
☐ Lista de estradas (Report)  
☐ Manual de patologias  
☐ Rúbricas do Orçamento

Abrir

ABRIR RELATÓRIOS  
EXPORTAR

ID Estrada	1	EN1-SA-01
Extensão(km)	37,854	
Tutela	Nacional	
Classe	1ª	
Estatuto	-	
Ilha	Santo Antão	
Concelho	-	
Límite	Ponta do Sol - Porto Novo	
Nº Seq	1	
	Pk Início	Pk Fim
Latitude	17,02507667	17,20077833
Longitude	-25,06525500	-25,09120667
Orientação	-	

Figura 42 - Vista geral da Base de dados

EXPORTAR

Estrada EN1-SA-01

Límites Ponta do Sol - Porto Novo

Extensão 37,854

pk Início 0,000

pk Fim 0,000

Elementos da Estrada

Perfis Transversais

Equipamentos de Segurança

Constituição e Tipo de Pavimento

Faixa de Rodagem

Bermas

Observações

Grupo

Figura 43 - Vista de exportação de dados

A navegação a partir do painel principal conduz o usuário a outros níveis de informações mais específicas, assim agrupadas:

- **Elementos da estrada** (Singularidades, Curvas em Planta, Curvas Verticais, Intersecções, Muros, Passagens Hidráulicas, Talude e Banquetas)
- **Perfis Transversais** (Separador central, Faixa de rodagem, Bermas e Drenagem superficial)
- **Equipamentos de Segurança** (Guardas de segurança, Sinalização horizontal, Delineadores, Marcadores e Sinalização vertical)
- **Constituição e Tipo de pavimento** (Constituição, Fundação, Sub-base, Base, BB Ligação e BB Desgaste)
- **Observações** (ocorrência ou patologias descritas na Norma Técnica nº IV)

De referir que os dados disponíveis na base datam de 2013, volvidos cerca de 9 (nove) anos estes carecem de atualização bem como o próprio sistema de base de dados em si, de modo a torna-lo ainda mais prático e eficaz.

O Sistema de Informação Geográfica – SIG, desenvolvido através do software Qgis, possibilitou a realização de atividades de geoprocessamento permitindo a concretização de diferentes produtos cartográficos cuja finalidade é dar visibilidade de forma clara e sintetizada toda e qualquer informação pertinentes aos trabalhos de gestão rodoviária, através do mapa. A figura a baixo é um exemplo do produto cartográfico gerado no software.

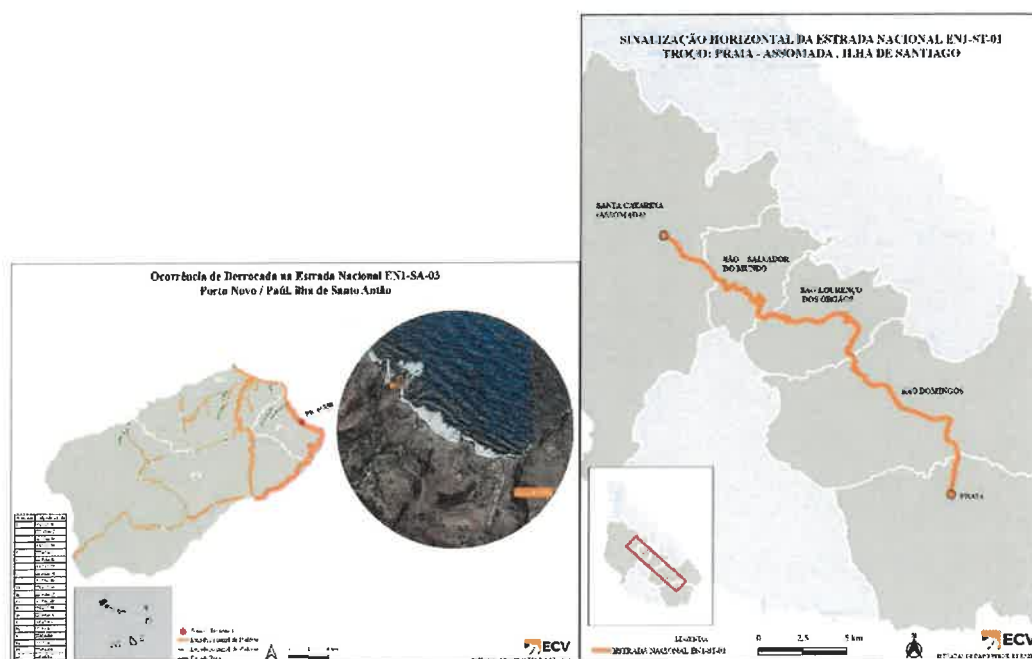


Figura 44 - Produção cartográfica



### 3.9 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO ANUAL DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (PAMR)

A ECV, EPE em um Programa de Manutenção Rodoviária através do seu PAMR, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com a exigência legal da TSMR. Ao longo dos 5 anos, o PAMR tem vindo a aumentar devido a evolução das receitas da TSMR, do aumento da rede rodoviária, isto é, várias novas estradas foram construídas e também muitas estradas nacionais já ultrapassaram o seu período de vida útil e isto requer normalmente intervenções estruturantes. O gráfico abaixo evidência um aumento aproximadamente de 35% ao longo dos cinco anos. Importa-se referir que em 2021 foram pagos 696.704.886 CVE nas intervenções rodoviárias nomeadamente em Manutenção Corrente, Manutenção Periódica, Urgências e Intervenções Municipais (via Contratos-Programa).

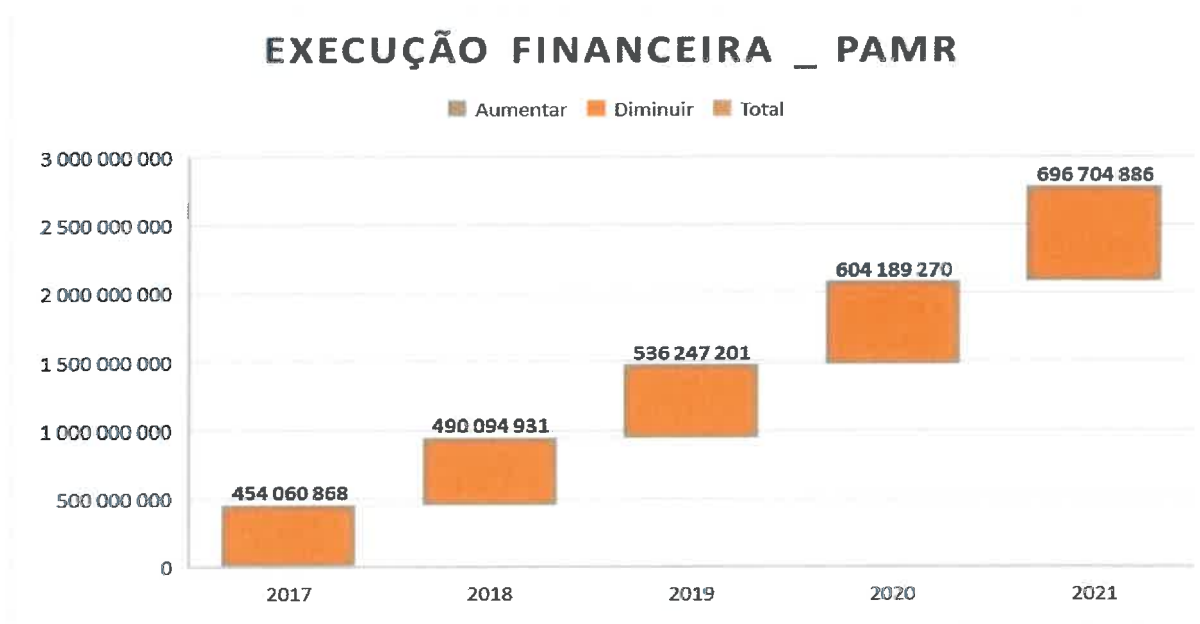


Figura 45 - Execução Financeira PAMR

Como pode verificar na tabela 4 abaixo, do total executado 35% corresponde a Serviços/Obras de Manutenção Periódica/Melhorias sendo que a ilha de Santiago foi a mais beneficiada em termos financeiros. De seguida, a tabela evidência que do total executado 28% corresponde as Intervenções de Urgência ocorridas em Diversas Ilhas. As nossas Estradas Nacionais (EN) estão cobertas com os contratos de REMADOR (Reabilitação e Manutenção com Base no Desempenho e por Obrigação de Resultados) e SEMAC (Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais) em todo território Nacional. Com isto do total executado, 23% são empregues contratualmente com as empresas em todas as ilhas. Em relação as Intervenções Municipais, executados via Contratos-Programa com as Câmaras Municipais, foi financiado um total de 61.219.033 CVE que corresponde a 9% do total executado. As Câmaras beneficiadas por esta via, foram Porto Novo, São Vicente, Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau, Sal, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina, São Miguel, São Filipe e Brava. Os restantes 5% do total do valor executado foram

empregues em Estudos e Assistência Técnica. Isto porque as obras das Estradas financiadas através do PRRA, as fiscalizações foram contempladas no PAMR 2021.

PARTE	A1	A2	A3	D	E	-	-
Intervenção Rodoviária	Obras e serviços de manutenção	Manutenção periódica	Estudo e assistência técnica/fiscalização	Trabalhos de urgências	Intervenções Municipais	Total	Part. (%)
Santiago (Lote 01 e 02)	47 000 996	141 436 710			26 483 133	214 920 839	31%
Fogo	34 150 605	8 396 861			3 000 000	45 547 466	7%
Santo Antão	38 411 292	31 517 370			3 000 000	72 928 662	10%
São Nicolau	13 736 604	23 340 291			12 735 900	49 812 795	7%
Maio	5 375 592	3 218 850				8 594 442	1%
São Vicente	3 022 839	0			10 000 000	13 022 839	2%
Boa Vista	7 789 524	8 702 804				16 492 328	2%
Sal	6 042 876	11 004 782			3 000 000	20 047 658	3%
Brava	5 148 493	13 809 545			3 000 000	21 958 038	3%
Diversas Ilhas			35 781 537	197 598 282		233 379 819	33%
<b>Total</b>	<b>160 678 821</b>	<b>241 427 213</b>	<b>35 781 537</b>	<b>197 598 282</b>	<b>61 219 033</b>	<b>696 704 886</b>	<b>100%</b>
<b>Part. (%)</b>	<b>23%</b>	<b>35%</b>	<b>5%</b>	<b>28%</b>	<b>9%</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>

Tabela 4 - PAMR

## 4. RESTITUIÇÃO DA TSMR E OUTRAS DESPESAS RESIDUAIS

### 4.1 RESTITUIÇÃO DA TSMR

O Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, ao estabelecer a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas (TSMR), também estabelece por via do Artigo 14º, atualmente 15º, que aquele que provar ter adquirido combustível que não se destine à circulação rodoviária e em cujo preço esteja incluído a taxa, tem direito à restituição do respetivo valor.

O Gráfico apresentado abaixo, mostra para o período 2017-2021, os montantes totais restituídos aos operadores passivos à circulação rodoviária aquando da compra do combustível nos postos de venda das petrolíferas VIVO ENERGY e ENACOL. A devolução da TSMR totalizou o montante de 70.651.282 CVE em 2017 passando em 2021 para o valor de 50.371.564 CVE, uma queda de 29%. Em média as restituições têm diminuído, isto derivado a aumento gradual do investimento em energias renováveis das entidades industriais requerentes da TSMR.

Vale realçar que dos valores pagos, cerca de 45.190.510 CVE correspondem a valores de restituição solicitados e pagos em 2021.



Figura 46 - Restituição TSMR

## 4.2 RESTITUIÇÃO DA TSMR POR ILHA

De acordo com o Gráfico, apresentado abaixo, em 2022 a ilha do Santiago, destaca-se imediatamente como sendo aquela com maiores montantes restituídos da TSMR. Isto deve-se à presença de diversas empresas de Construção Civil, principalmente a Tecnovia e o Projeto de Construção do Novo Campus da UNICV, outras empresas (comércios e diversos). A segunda ilha de maior envergadura no que toca às restituições da TSMR é a ilha do Sal dado a existência de dois grandes requerentes, a AGUAS DE PONTA PRETA, LDA (APP) e a CABOTEL - HOTELARIA E TURISMO, LDA. A terceira ilha é a ilha de São Vicente, muito devido à existência de um numero considerável de padarias. Destacam-se ainda a ilha do Maio e Fogo que detém um elevado número de requerentes da TSMR, constituído na sua maioria por pescadores, e este tem se tornado cada vez mais informado do processo da restituição de TSMR

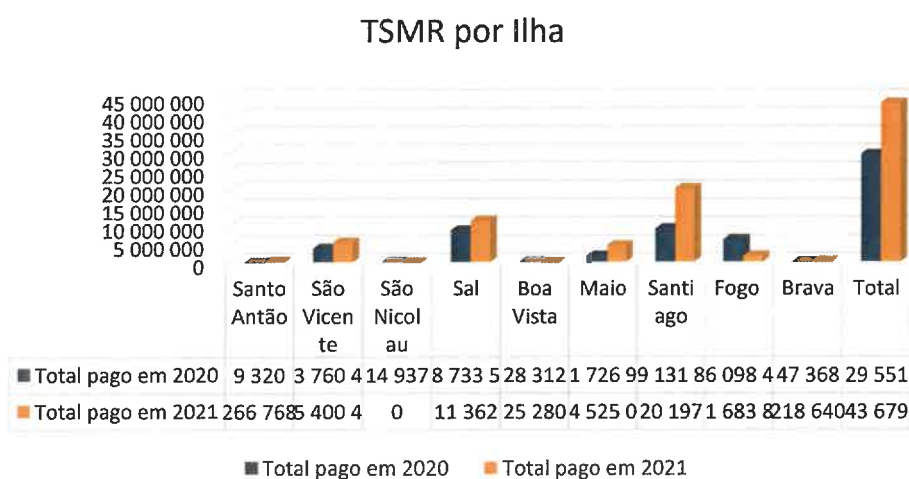


Figura 47 - PSMR por ilha

### 4.3 OUTRAS DESPESAS RESIDUAL

Estas despesas são específicas, dos esforços empregues nas operações de cobrança e de restituição da TSMR, não incluindo, no entanto, os montantes restituídos aos operadores passivos à circulação rodoviária, cuja análise foi realizada no ponto 5.2.

A nível das operações de cobrança estas outras despesas estão previstas no Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro. O Artigo 14º da referida legislação prevê a compensação de custos às empresas fornecedoras de combustível, atualmente VIVO ENERGY e ENACOL, no correspondente a 1,5% do montante da TSMR arrecadada e entregue a ECV. Em 2021, foram pagos a estas entidades o montante de 11.328.223 CVE a título de comissões de arrecadação da TSMR.

E quanto as despesas anuais associadas ao custeio dos serviços de restituição da TSMR, com o desenvolvimento da Plataforma GRT e da mudança do parceiro de *front office* para a Casa do Cidadão, oficializado com o Acordo de Nível de Serviço em 2018, o custo destas operações de serviço de restituição passaram para o montante de 881.496 CVE anuais.

#### Outras Despesas Residual

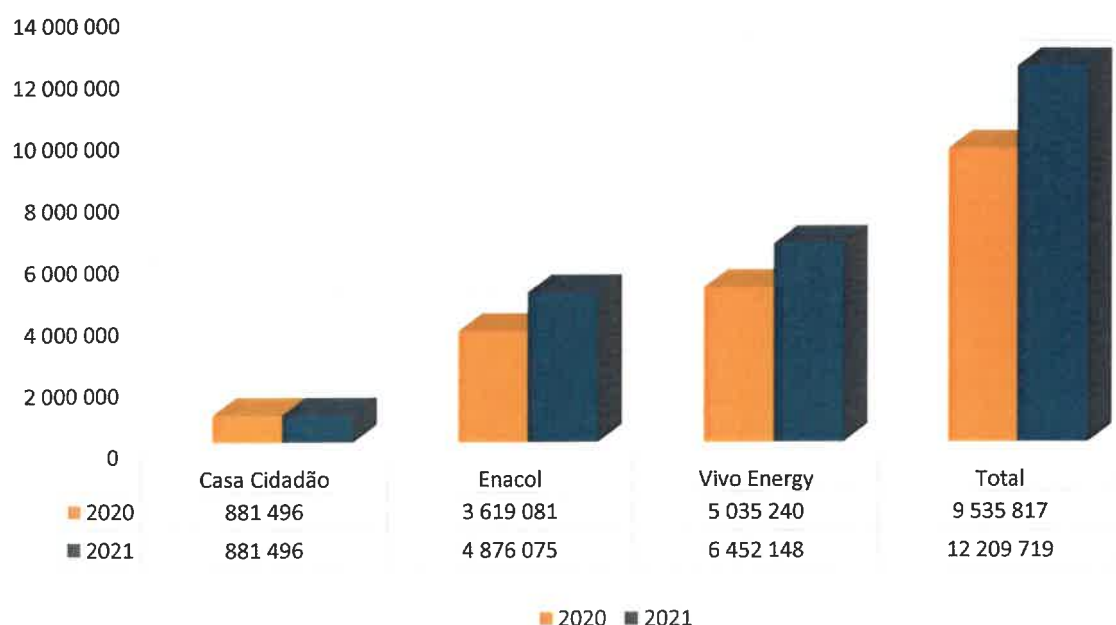


Figura 48 - Outras Despesas Residual

## 5 ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

### 5.1 Gestão de Riscos

Considerando que a ECV é uma empresa nova e que está em fase de consolidação da estrutura organizacional, nesse sentido o Conselho de Administração juntamente com a UASE e o Fiscal Único, tem procurado o gerir o seu funcionamento, da forma que melhor se adequa à gestão de riscos.

Relativamente a riscos financeiros, existe uma exposição muito reduzida a esses riscos, em virtude de as transações serem em moeda nacional e a Empresa ter as suas disponibilidades integralmente em moeda nacional.

### 5.2 A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis

Relativamente ao balanço em 31 dezembro deve-se ter especial atenção a realização do capital social, uma vez que segundo o estatuto da ECV, de acordo o Decreto Lei nº 20, Artigo 5º – Capital estatutário de 13 de maio, o capital estatutário da ECV – Estradas de Cabo verde E. P.E é de 65.000.000\$00 (sessenta e cinco milhões de escudos cabo-verdianos), e está integralmente subscrito pelo Estado de Cabo Verde. O capital social supramencionado encontra-se ainda por realizar.

Em 2021 houve um aumento de 118% no prejuízo fiscal referente ao exercício de 2021, mESC 108 351 negativos, em comparação ao ano homologo, mESC 49 754 negativos.

### 5.3 Resultados

Os Resultado antes de Depreciações, Gastos de financiamento e Impostos atingiram no exercício de 2021, o valor de mESC 107 260 negativos, o que corresponde a um aumento de cerca de 121% em comparação ao período homologo mESC 48 435 negativos. De igual modo, o Resultado Operacional (EBIT) passou de mESC 49 754 negativos em 2020 para mESC 108 351 negativos em 2021.

Comparativamente ao ano anterior o resultado líquido foi de mESC 108 351 negativos, com uma variação 118% a mais em relação ao 2020 (mESC 49 754 negativos).





## 5.4 Volume de Negócios

Em 2021, o volume de negócios (VN) foi de mESC 2 444, resultante principalmente das Taxas de ocupação do domínio público e aproveitamento dos bens de utilização. De realçar, ainda, que embora de acordo com o Estatuto da ECV e conforme previsto no Plano estratégico, não fomos autorizados a arrecadação do imposto sobre Consumo Especial (ICE). A não arrecadação do referido imposto teve um impacto negativo no âmbito da execução do plano estratégico.

## 5.5 Gastos Operacionais

Os gastos totalizaram em 2021 o valor mESC 1 913 617, correspondente a uma diminuição de 19% em comparação ao período homologado (mESC 2 375 155). Os Fornecimentos e Serviços Externos é a rubrica de maior peso, representando 96% do total dos gastos operacionais, seguidos dos Outros gastos e Perdas e gastos com o pessoal com aproximadamente 4% de peso sobre o total.

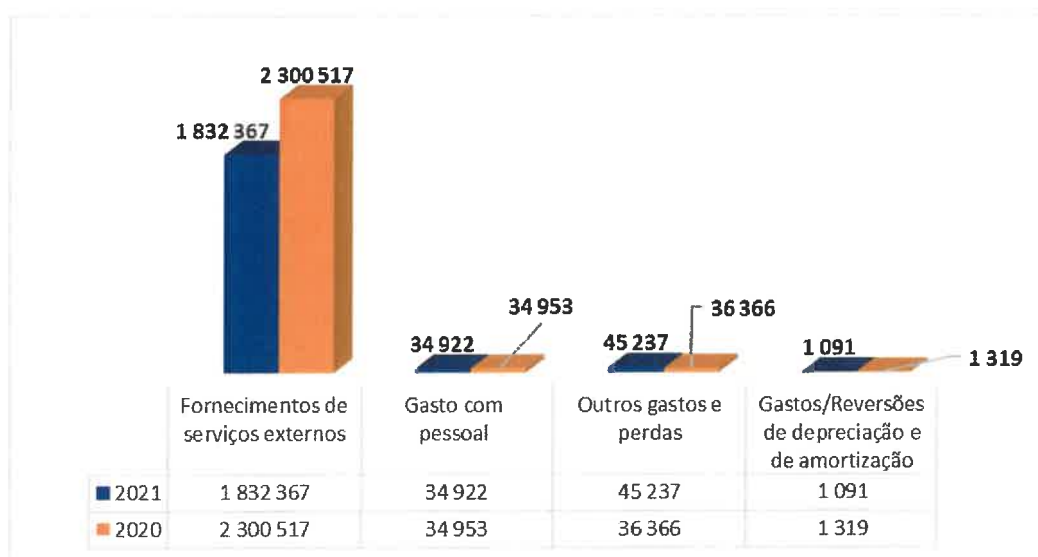


Figura 49 - Gastos Operacionais

*(Handwritten signatures and initials)*

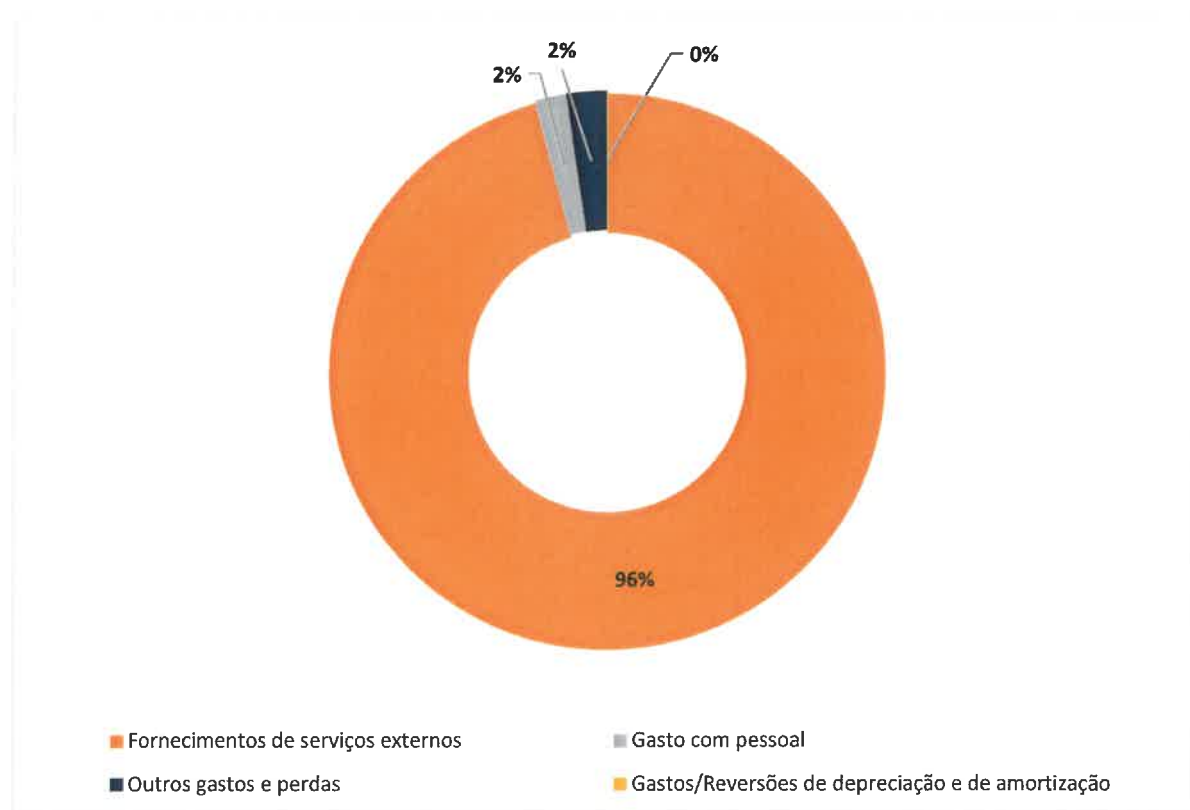


Figura 50 - Gasto operacionais

## 5.6 Fornecimentos e Serviços externos (FSE)

Os FSE atingiram o montante de mESC 1 832 367, uma diminuição de cerca de 20% em comparação ao período homologado (mESC 2 300 517), concentrados maioritariamente na rubrica Subcontratos-Empreitadas.

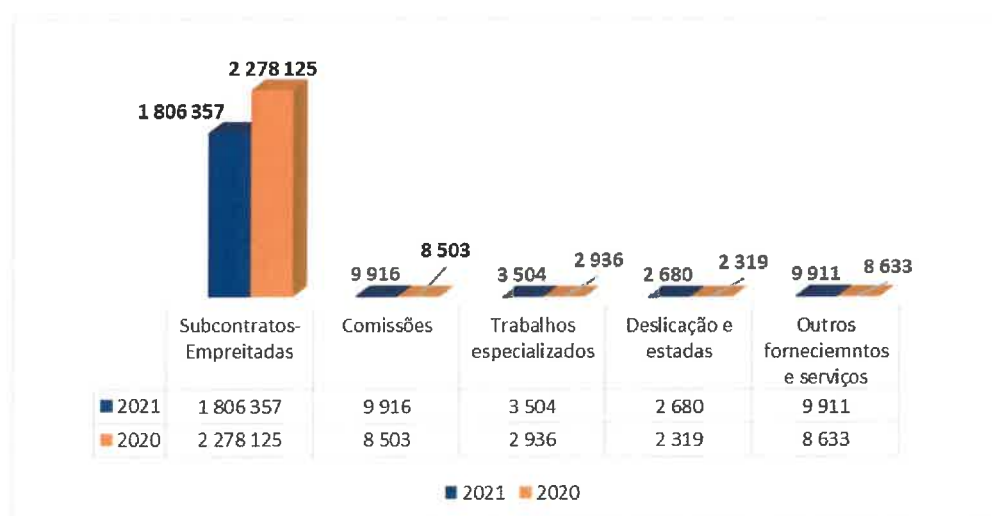


Figura 51 - FSE-2021

*(Handwritten signatures and initials)*

## **5.7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração submete à apreciação do Acionista o presente Relatório e Contas relativo a 2021, propondo que seja aprovada a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de mESC 108 351 negativos em Resultados Transitados.

## **5.8 APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os administradores da Estradas de Cabo Verde, enquanto responsáveis pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas explicativas correspondentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021, declaram a conformidade destas informações os quais traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Empresa nessa data.

Declaram, igualmente, que o relatório de gestão expõe de forma fiel a evolução dos negócios, que inclui as carteiras do ativo e do passivo, estando os principais riscos identificados e avaliados convenientemente segundo as normas do SNCRF, entre outras.





# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.**

Sede: Av. Santiago – Palmarejo

NIF: 253198097

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis			
Equipamento de transporte		-	-
Equipamento administrativo	3	4 707	1 728
Outros activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis			
Programas de computador	4	426	762
Accionistas/sócios	8	65 000	65 000
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>70 132</b>	<b>67 490</b>
<b>Activo corrente</b>			
Adiantamentos a fornecedores	5	120 773	209 054
Outras contas a receber	6	744 049	592 186
Diferimentos		62	130
Caixa e depósitos bancários	7	42 948	134 480
<b>Total do activo corrente</b>		<b>907 832</b>	<b>935 850</b>
<b>Total do activo</b>		<b>977 965</b>	<b>1 003 340</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>	8		
Capital social		65 000	65 000
Outras reservas		314 655	314 655
Resultados transitados		( 146 729)	( 96 974)
Resultado líquido do período		( 108 351)	( 49 734)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>124 575</b>	<b>232 926</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9	624 520	658 149
Outras contas a pagar	10	228 870	112 265
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>853 390</b>	<b>770 414</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>853 390</b>	<b>770 414</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>977 965</b>	<b>1 003 340</b>

O contabilista Certificado

*Leus Aguiar*

O Conselho de Administração

*[Assinaturas]*



**ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.**

Sede: Av. Santiago – Palmarejo

NIF: 253198097

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 1 DE JANEIRO 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	2021	2020
Vendas e Prestações de serviços		2 444	1 807
Resultado operacional bruto		2 444	1 807
Fornecimentos e serviços externos	11	( 1 832 367)	( 2 300 517)
Valor acrescentado bruto		( 1 829 923)	( 2 298 711)
Gastos com o pessoal	12	( 34 922)	( 34 953)
Outros rendimentos e ganhos	13	1 802 822	2 321 595
Outros gastos e perdas	14	( 45 237)	( 36 366)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		( 107 260)	( 48 435)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	( 1 091)	( 1 319)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		( 108 351)	( 49 754)
Resultado antes de impostos		( 108 351)	( 49 754)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		( 108 351)	( 49 754)

O contabilista CertificadoO Conselho de Administração

**ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.**

Sede: Av. Santiago – Palmarejo

NIF: 253198097

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 1 DE JANEIRO 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital Social	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do	Total
<b>1</b>		65 000	314 655	-	( 96 974)	282 680
<b>POSICÕES NO INÍCIO DE 2020</b>						
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>						
Resultado líquido do período		-	-	-	( 49 754)	( 49 754)
<b>2</b>		-	-	-	( 49 754)	( 49 754)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>						
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
Realizações/Subscrição de capital		-	-	-	-	-
<b>3</b>		-	-	-	-	-
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
		-	-	-	-	-
<b>4</b>		-	-	-	-	-
<b>1+2+3+4</b>		-	-	( 96 974)	96 974	-
<b>POSICÕES NO FIM DE 2020</b>	8	65 000	314 655	( 96 974)	( 49 754)	232 926
<b>POSICÕES NO INÍCIO DE 2021</b>		65 000	314 655	( 96 974)	( 49 754)	232 926
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>						
Resultado líquido do período		-	-	-	( 108 351)	( 108 351)
<b>2</b>		-	-	-	( 108 351)	( 108 351)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>						
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
<b>3</b>		-	-	-	-	-
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Aplicação do resultado do ano anterior		-	-	( 49 754)	49 754	-
<b>4</b>		-	-	( 49 754)	49 754	-
<b>1+2+3+4</b>	8	65 000	314 655	( 146 729)	( 108 351)	124 575
<b>POSICÕES NO FIM DE 2021</b>						

O contabilista Certificado

*João Aguiar*

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*

ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.

Sede: Av. Santiago – Palmarejo

NIF: 253198097

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 1 DE JANEIRO 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	2021	2020
<b>Método Directo</b>			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de TSMR		706 554	519 567
Pagamentos a fornecedores		( 763 476)	( 616 181)
Pagamentos ao pessoal		( 23 706)	( 22 792)
Caixa gerada pelas operações		( 80 629)	( 121 406)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/ pagamentos		( 8 857)	( 4 712)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		( 89 485)	( 126 118)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
- Activos fixos tangíveis		( 1 977)	( 654)
- Activos intangíveis		( 69)	( 191)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		( 2 046)	( 845)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		( 91 532)	( 126 963)
Efeito das diferenças de câmbio			-
Caixa e seus equivalentes no início do período		134 480	261 443
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7	42 948	134 480



## ANEXOS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos - mESC)

#### NOTA 0 – REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 30 de junho de 2022.

#### NOTA 1 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

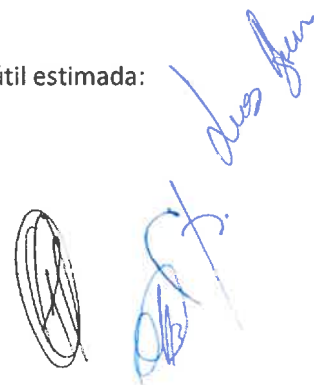
##### ✓ Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



	Anos de vida útil
Equipamento transporte	5 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

#### ✓ **Ativos intangíveis e amortizações**

Os ativos intangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição e as amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de utilização, ao longo de três anos.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, caso houver (ver Nota 1.3 e 4).

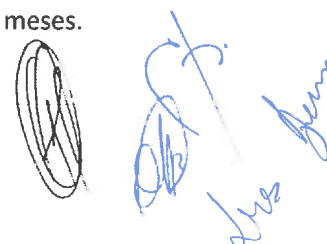
#### ✓ **Imparidade de ativos**

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

#### ✓ **Caixa e depósitos bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.





### ✓ **Capital próprio**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando subscritas.

Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

### ✓ **Impostos único sobre o rendimento e imposto diferidos**

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 8 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2019 a 2021 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não Corrente.

### ✓ **Reconhecimento do rédito**

Handwritten signature in blue ink, with a circular stamp or seal next to it.

O rédito compreende, essencialmente:

ao valor da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR), cobrada ao abrigo do Decreto-lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, por via das petrolíferas aos utentes das rodovias em Cabo Verde. O proveito associado a esta taxa é registado na rubrica Outros rendimentos e ganhos no exercício em que a mesma é cobrada pelas petrolíferas (ver Nota 13);

proveitos provenientes das obras financiadas por terceiros, através de contratos programas. Estes proveitos são registados na rubrica Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 13), à medida que os gastos associados com as obras são registados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 11).

#### ✓ **Gestão de riscos financeiros**

Existe uma exposição muito reduzida a riscos financeiros, sendo:

##### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é reduzido, dado que a Empresa celebra os contratos em moeda nacional ou no valor equivalente com o câmbio à data, privilegiando o Euro como moeda de referência devido à paridade fixa com o Escudo Cabo-verdiano.

##### **(ii) Risco da taxa de juro**

A Empresa não contraiu, até à data do balanço, qualquer financiamento.

##### **(iii) Risco de crédito**

Sendo as obras precedidas da disponibilização de fundos, não se considera existir risco de crédito.

##### **(iv) Risco de liquidez**

A Empresa apresenta fundo de maneio negativo à data do balanço na ordem dos mESC 70 000. Contudo, conforme previsto nos seus estatutos, a Empresa, em caso de necessidade, conta com dotações orçamentais para fazer face a despesas de funcionamento e de investimento, a receber do Tesouro, pelo que o risco de liquidez é reduzido.

#### ✓ **Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do

momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar.

#### ✓ **Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2016, de 16 de junho de 2016, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de junho de 2016, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 1 de janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A Empresa reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras contas a pagar”.

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

#### ✓ **Estimativas e julgamentos**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser exetável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

#### **NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXAS**

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais as variações de justo valor não sejam significativas.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Aguiar', is written over a circular blue ink stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem.

### NOTA 3 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2020</b>			
Valor de aquisição	2 620	4 366	21
Depreciação acumulada	( 2 620)	( 2 487)	( 21)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>1 878</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2020</b>			
Valor líquido inicial	-	1 878	-
Aquisições	-	654	-
Depreciação do exercício	-	( 804)	-
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>1 728</b>	<b>-</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>			
Valor de aquisição	2 620	5 020	21
Depreciação acumulada	( 2 620)	( 3 291)	( 21)
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>1 728</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2021</b>			
Valor líquido inicial	-	1 728	-
Aquisições	-	3 664	-
Depreciação do exercício	-	( 685)	-
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>4 707</b>	<b>-</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>			
Valor de aquisição	-	8 683	-
Depreciação acumulada	-	( 3 977)	-
<b>Valor escriturado</b>	<b>-</b>	<b>4 707</b>	<b>-</b>

As adições em Equipamentos administrativos compreendem, essencialmente, a aquisição dos seguintes equipamentos informáticos: computadores de mesa e portáteis, monitores, impressora, switch, scanner, UPS e servidor.



#### NOTA 4 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica decompõe-se como segue (em mESC):

	PROGRAMAS DE COMPUTADOR
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2020</b>	
Valor de aquisição	1 671
Depreciação acumulada	( 586)
<b>Valor escriturado</b>	<b>1 085</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2020</b>	
Valor líquido inicial	1 085
Aquisições	191
Depreciação do exercício	( 514)
<b>Valor escriturado</b>	<b>762</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	
Valor de aquisição	1 862
Depreciação acumulada	( 1 100)
	<b>762</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2021</b>	
Valor líquido inicial	762
Aquisições	69
Depreciação do exercício	( 405)
<b>Valor escriturado</b>	<b>426</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	
Valor de aquisição	1 931
Depreciação acumulada	( 1 506)
	<b>426</b>

#### NOTA 5 - ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Representam adiantamentos concedidos no âmbito de contratos de construção celebrados, deduzidos dos descontos efetuados nas faturas entretanto emitidas (ver Nota 9). Resumem-se como segue:





	mESC	
	2021	2020
Elevation Engenharia S.A. Sucursal de Cabo Verde	53 124	71 380
Empreitel Figueiredo, S.A.	26 539	50 285
Armando Cunha Cabo Verde, S.A.	15 687	22 604
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda.	11 402	25 318
Tecnovia CV, Lda.	6 263	22 315
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda.	3 253	7 532
Construção Barreto, S.A.	3 035	4 779
Consórcio Construções - Pró-Santana e Technor, Lda	1 154	4 526
Outros	316	316
	<b>120 773</b>	<b>209 054</b>

Os adiantamentos concedidos relacionados com contratos de construção financiados por outras entidades, nomeadamente as Infraestruturas de Cabo Verde (ICV), o Banco Mundial e a Sociedade Desenvolvimento Turística das Ilhas de Boavista e Maio (SDTIBM), responsáveis pelo pagamento aos empreiteiros, mas cujas faturas são, entretanto, emitidas em nome da ECV, são registados por contrapartida das rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar (ver Notas 6 e 10).

✓ **Elevation Engenharia S.A. Sucursal de Cabo Verde**

O saldo compreende (a) mESC 44 596 (ver Nota 6 (i)), (b) mESC 3 653 (ver Nota 6 (iii)), (c) mESC 2 159 (ver Nota 10 (iv)) e (d) mESC 2 716, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA), do Banco Mundial, da SDTIBM e da ECV, para reabilitação de estradas, respetivamente.

✓ **Empreitel Figueiredo, S.A.**

O saldo compreende (a) mESC 22 143 (ver Nota 6 (i)) e (b) mESC 4 396 (ver Nota 6 (iii)) relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA, e do Banco Mundial, respetivamente.

✓ **Armando Cunha Cabo Verde, S.A.**

O saldo compreende (a) mESC 13 528 (ver Nota 6 (i)) e (b) mESC 2 159 (ver Nota 10 (iv)), relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA, e da SDTIBM, respetivamente.



✓ **SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda.**

O saldo compreende (a) mESC 9 056 (ver Nota 6 (i)), (b) mESC 2 346, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA e da ECV para reabilitação de estradas, respetivamente.

✓ **Tecnovia CV, Lda.**

O saldo compreende (a) mESC 4 163 referente a faturas de adiantamento, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota 6 (i)), (b) mESC 2 100 da ECV para a reabilitação de estradas.

**NOTA 6 - OUTRAS CONTAS A RECEBER**

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

		mESC	
		2021	2020
<b>Devedores gerais</b>			
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA	(i)	395 281	340 272
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / Outros	(ii)	89 956	89 956
Banco Mundial	(iii)	42 779	-
		<b>528 016</b>	<b>430 228</b>
<b>Devedores por acréscimos</b>			
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA	(iv)	139 513	44 439
Vivo Energy Cabo Verde, S.A.	(v)	37 621	61 272
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	(v)	25 426	46 505
Banco Mundial	(vi)	13 472	9 743
		<b>216 033</b>	<b>161 959</b>
		<b>744 049</b>	<b>592 186</b>

**(i) ICV- Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA**

O saldo a receber da ICV resulta da dívida com os empreiteiros pelas obras realizadas (ver Nota 9 (i) e (ii)), deduzido dos respetivos adiantamentos efetuados (ver Nota 5), relativo aos contratos programa financiados por esta entidade, no âmbito do PRRA, para a construção de estradas, conforme o quadro a seguir:



Em 2021:

Empreiteiro	mE SC		
	Fornecedores (Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	Saldo
Tecnovia CV, Lda	139 219	4 163	135 056
E!evolution Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	156 717	44 596	112 120
Empreitel Figueiredo, S.A.	67 148	22 143	45 005
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	64 819	9 056	55 763
Armando Cunha, Cabo Verde S.A	50 792	13 528	37 265
Consórcio Construções Pró- Santana e Technor, Lda	11 439	1 154	10 285
Construção Barreto- S.A.	-	214	( 214)
	<u>490 134</u>	<u>94 853</u>	<u>395 281</u>

Em 2020:

Empreiteiro	mE SC		
	Fornecedores (Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	Saldo
Armando Cunha, Cabo Verde S.A	46 308	20 444	25 864
E!evolution Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	186 399	54 054	132 345
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	26 839	19 260	7 579
Empreitel Figueiredo, S.A.	74 661	35 528	39 133
Tecnovia CV, Lda	87 824	11 119	76 705
Consórcio Construções Pró- Santana e Technor, Lda	59 660	4 526	55 135
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda	-	-	-
Construção Barreto- S.A.	4 800	1 288	3 512
	<u>486 492</u>	<u>146 220</u>	<u>340 272</u>

## (ii) ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / Outros

Corresponde à transferência efetuada pela ECV à ICV, no âmbito do Termo de Transferência de Verbas assinado entre as duas partes em 16 de agosto de 2019, destinada ao pagamento das faturas de empreitadas de estradas, dirigidas à ECV. Deste saldo, foram devolvidos mESC 22 489, devendo o remanescente ser devolvido aquando do desembolso por parte do Estado da segunda tranche do financiamento das referidas empreitadas, no âmbito do PRRA.



**(iii) Banco Mundial**

O saldo a receber do Banco Mundial resulta da dívida com os empreiteiros pelas obras realizadas (ver Nota 9), deduzido dos respetivos adiantamentos efetuados (ver Nota 5), relativo aos contratos programa financiados por esta entidade, no âmbito do Projeto de Reforma do Sector dos Transportes, para a reabilitação de estradas, conforme o quadro a seguir:

Empreiteiro	mE SC		Saldo
	Fornecedores (Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	
Tecnovia CV, Lda	16 067	-	16 067
Norvia CV- Consultores de Engenharia, Lda	14 355	-	14 355
Evolution Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	13 566	3 653	9 913
Técnica, Lda- Consultoria Estudos e Projecto de Engenharia	3 210	-	3 210
Construção Barreto, S.A.	4 171	1 226	2 945
Sistema Ingeniería de Cabo Verde	476	-	476
Ripórtico Engenharia - Cabo Verde, Lda	210	-	210
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	-	-	-
Empreitel Figueiredo, S.A.	-	4 396	( 4 396)
	<b>52 064</b>	<b>9 275</b>	<b>42 779</b>

**(iv) ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. /PRRA**

Compreende às faturas de empreiteiros recebidas em 2022, mas referentes aos serviços prestados em 2021, no âmbito do PRRA, registados (a) em Outras contas a pagar – Acréscimos de gastos (ver Nota 10 (i)), por contrapartida de Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 11 (i)) e (b) nesta rubrica por contrapartida de outros rendimentos e ganhos (ver Nota 13).

**(v) Vivo Energy Cabo Verde, S.A. e Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.**

Compreende à Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária referente ao mês de dezembro de 2021, entretanto pagos no mês de janeiro de 2022.

**(vi) Banco Mundial**

Corresponde às faturas dos empreiteiros recebidas em 2022, mas referentes aos serviços prestados em 2021, financiados pelo Banco Mundial, registados (a) em Outras contas a pagar – Acréscimos de gastos (ver Nota 10 (i)), por contrapartida de Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 11 (i)) e (b) nesta rubrica por contrapartida de outros rendimentos e ganhos (ver Nota 13).

#### **NOTA 7 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIO**

Compreende ao saldo de depósitos à ordem no banco do Tesouro, no montante de mESC 40 788 (2020: mESC 134 480) e na Caixa Económica de Cabo Verde, no montante de mESC 2 160.

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor negativo de mESC 8 857 (2020: mESC 4 712), evidenciados na Demonstração dos fluxos de caixa, relacionam-se, essencialmente, com pagamentos (i) efetuados ao Estado referente ao IRPS e retenções na fonte, no montante de mESC 10 975 (2020: mESC 10 594), (ii) de comissões 1,5% do montante arrecadas de TSMR efetuados à Vivo Energy Cabo Verde e Enacol, no montante mESC 10 712 (2020: mESC 8 654), e recebimentos referentes (iii) ao Fundo Autónomo de Pesca – Ministério da Economia Marítima, no montante de mESC 6 250, (iv) às indemnizações por parte das seguradoras Garantia e Impar, no montante total de mESC 2 160 e (v) às receitas provenientes das vendas de dossiers e cobrança de taxas pela ocupação subsolo, nos montantes de mESC 725 e mESC 1 719, respetivamente. Em 2020, compreendia ainda valores restituídos aos credores, no montante de mESC 29 551, bem como a recebimentos da ICV, referentes ao valor transferido no âmbito do Termo de Transferência de Verbas assinado entre a ECV e a ICV no dia 16 de agosto de 2019 (ver Nota 6 (ii)), no montante de mESC 22 489 e do Ministério das Infraestruturas (MIOTH), destinados à reconstrução de vias, de acordo com o Protocolo assinado entre a ECV e MIOTH em novembro de 2020, no montante de mESC 19 793.

#### **NOTA 8 - CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos registados em 2021 e 2020 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

O capital social da ECV segundo o estatuto ascende a mESC 65 000, integralmente subscrito pelo acionista Estado de Cabo Verde, em 13 de maio de 2019, encontra-se ainda por realizar à data do Balanço.

O saldo da rubrica de outras reservas representa o património líquido (excesso dos ativos sobre os passivos) transferido para ECV na data da sua criação, correspondente aos bens, direitos e obrigações do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) e do Instituto de Estradas (IE), conforme se evidencia no quadro abaixo (em mESC):





	<u>FAMR</u>	<u>IE</u>	<u>Total</u>
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades	286 823	17 321	304 144
Contas a receber (TSMR de abril e maio)	81 467	-	81 467
Adiantamentos a fornecedores	22 055	-	22 055
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (líquidos)	-	3 072	3 072
	<u>390 345</u>	<u>20 393</u>	<u>410 738</u>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	60 376	35 439	95 815
Outros	-	269	269
	<u>60 376</u>	<u>35 708</u>	<u>96 084</u>
<b>Outras Reservas (Ativo menos Passivo)</b>			<u>314 654</u>

De acordo com os estatutos, o resultado líquido anual, quando positivo, é prioritariamente reafectado aos investimentos na modernização e melhoramentos das infraestruturas rodoviárias. O resultado líquido negativo de 2020, no valor de mESC 49 754, foi transferido na totalidade para Resultados transitados.

Os prejuízos fiscais referentes aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 ascendem a mESC 96 974, mESC 49 754 e mESC 108 351, respetivamente e os correspondentes impostos diferidos ativos acumulados a mESC 57 240, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.



## NOTA 9 - FORNECEDORES

O saldo desta rubrica corresponde aos montantes a pagar aos empreiteiros no âmbito da atividade corrente da empresa. Apresenta o seguinte detalhe:

	mESC	
	2021	2020
Elevation Engenharia S.A. - Sucursal de Cabo Verde	189 369	211 871
Tecnovia CV, Lda.	182 024	123 580
Empreitel Figueiredo, S.A.	75 877	81 814
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda.	68 766	47 901
Armando Cunha Cabo Verde, S.A.	50 792	76 308
Consórcio Construções - Pró-Santana e Tecnhor, Lda	23 005	60 162
Norvia CV- Consultores de Engenharia, Lda	14 355	6 942
Construção Barreto, S.A.	8 819	5 079
Ripórtico Engenharia - Cabo Verde, Lda.	2 220	6 907
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda.	1 514	-
Sistema Ingeniera de Cabo Verde	476	-
CVC - Construções de Cabo Verde, Sarl	-	32 385
Outros	7 304	5 200
	<b>624 520</b>	<b>658 149</b>

### ✓ **Tecnovia CV, Lda.**

O saldo compreende faturas em dívida (a) de reabilitação de estradas nos montantes de (i) mESC 139 219 (2020: mESC 87 824), relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota 6 (i)) e (ii) mESC 16 067, financiadas pelo Banco Mundial (ver Nota 6 (iii)) e (b) de manutenção de estradas, no montante de mESC 26 738 (2020: mESC 35 756), a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.

### ✓ **Elevation Engenharia S.A. – Sucursal de Cabo Verde**

O saldo compreende a faturas em dívida (a) de reabilitação de estradas nos montantes de (i) mESC 156 717 (2020: mESC 87 824), relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa PRRA (ver Nota 6 (i)) e (iii) mESC 13 566 (2020: mESC 6 549), financiados pelo Banco Mundial (ver Nota 6 (iii)) e (b) de manutenção de estradas, no montante de mESC 19 086 (2020: mESC 18 923), a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.

### ✓ **Armando Cunha Cabo Verde, S.A.**

O saldo compreende mESC 50 792 (2020: mESC 46 308) de faturas de reabilitação de estradas, financiadas pela ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota 6 (i)). Em 2020, compreendia ainda mESC 30

000 referente a uma fatura em dívida entretanto liquidada em 2021, pelo Estado de Cabo Verde por conta da ECV, através do encontro de contas com dívidas fiscais do referido fornecedor (ver Nota 10).

✓ **Empreitel Figueiredo, S.A.**

O saldo compreende (i) mESC 67 148 (2020: mESC 87 824) referentes a faturas de reabilitação de estradas, financiadas pela ICV no âmbito do PRRA (ver Nota 6 (i)) e (ii) mESC 8 729 (2020: mESC 689) relacionados com as faturas de manutenção de estradas a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.

✓ **SCI – Spencer Construções Imobiliária, Lda.**

O saldo compreende faturas em dívida (i) de reabilitação de estradas, no montante de mESC 64 819 (2020: mESC 26 839), a serem liquidadas pela ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota 6 (i)) e (ii) de manutenção de estradas, no montante de mESC 3 947 (2020: mESC 6 838), a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR. Em 2020 compreendiam ainda mESC 14 224 de faturas a serem liquidadas com financiamento do Banco Mundial (ver Nota 10 (v)).

✓ **Consórcio Construções – Pró-Santana e Technor, Lda**

O saldo compreende (i) mESC 11 439 (2020: mESC 59 660) referentes a faturas de reabilitação de estradas, financiadas pela ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota 6 (i)) e (ii) mESC 11 565 (2020: mESC 501) relacionados com as faturas de manutenção de estradas a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.

✓ **Norvia CV**

O saldo compreende as faturas em dívida de reabilitação de estradas, no âmbito do financiado do Banco Mundial (ver Nota 6 (iii)).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circular stamp and the name 'Jus Figueira'.

## NOTA 10 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

		mESC	
		2021	2020
Credores por acréscimos de gastos	(i)	155 420	69 557
Estado de Cabo Verde	(ii)	30 000	
Ministério das Infraestruturas	(iii)	19 996	19 996
Fundo Autónomo de Pesca - MEM	(iv)	6 250	-
Credores Pedidos de Restituição de TMSR		5 967	11 158
SDTIBM	(v)	4 319	4 319
Acréscimos por férias e subsídio férias e encargos		3 737	3 864
Banco Mundial		-	959
Outros		3 182	2 411
		<b>228 870</b>	<b>112 265</b>

### (i) Credores por acréscimos de gastos

Correspondem às faturas recebidas em 2022 mas (a) referentes aos serviços prestados em 2021, no âmbito do PRRA, no montante de mESC 139 513 (2020: mESC 44 439) (ver Nota 6 (iv)), (b) obras financiadas pelo Banco Mundial, no valor de mESC 13 472 (2020: mESC 9 743) (ver Nota 6 (vi)), (c) obras de manutenção de estradas a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR, no valor de mESC 1 527 (2020: mESC 14 567), registados por contrapartida de Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 11 (i)) e em Outras contas a receber – Devedores por acréscimos por contrapartida de Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 13) e (d) mESC 906 resultante de acréscimos de comissão TSMR relativos ao mês de dezembro das petrolíferas Enacol e Vivo Energy Cabo Verde.

### (ii) Estado de Cabo Verde

Compreende o valor a ser devolvido ao Estado de Cabo Verde pela liquidação de uma fatura do fornecedor Armando Cunha por conta da ECV, com recurso a encontro de contas com dívidas fiscais do referido fornecedor (ver Nota 9).

### (iii) Ministério das Infraestruturas

Compreende ao valor recebido no âmbito do protocolo celebrado com o Ministério das Infraestruturas (MIOTH), destinado à reconstrução de vias enquadradas no “Plano de Ação Emergencial – Cheias 2020”.



**(iv) Fundo Autónomo de Pesca- MEM**

Compreende valores recebidos no âmbito do memorando de entendimento entre o Ministério do Mar e o MIOTH para financiamento da construção do troço de estrada de acesso a aldeia piscatória de Praia-Cais, no concelho dos Mosteiros. O custo total do projeto está avaliado em mESC 25 000, sendo financiado em 50% pelo Ministério do Mar.

Dadas as limitações para realização atempada dos pagamentos pelo Ministério do Mar e com vista a não paralisação das obras, o MIOTH autoriza a ECV a liquidar faturas até o montante de mESC 12 500, com recurso a verbas do PRRA destinadas à ilha do Fogo.

O primeiro tranche foi devolvido pelo Ministério do Mar em 2021 e o remanescente será devolvido no início de 2022.

**(v) SDTIBM**

Corresponde aos adiantamentos efetuados aos empreiteiros Elevation Engenharia e Armando Cunha, no montante de mESC 2 159 cada (ver Nota 6), no âmbito dos contratos programa financiados pela SDTIBM para a realização de obras de empreitada para construção da estrada Via Estruturante e estrada de ligação à Povoação Velha na ilha da Boavista.

**NOTA 11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos decompõe-se como se segue (em mESC):

		mESC	
		2021	2020
Subcontratos - empreitadas	(i)	1 806 357	2 278 125
Comissões	(ii)	9 916	8 503
Trabalhos especializados		3 504	2 936
Deslocações e estadas		2 680	2 319
Outros Fornecimentos e Serviços		9 911	8 633
		<u>1 832 367</u>	<u>2 300 517</u>

- (i) Os subcontratos das empreitadas correspondem aos encargos relacionados com os serviços de preservação da rede rodoviária do País.

A tabela seguinte apresenta os gastos com os serviços de manutenção e reabilitação por origem de financiamento e a respetiva empreitada/serviço:





	mESC	
	2021	2020
<b>Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária</b>		
Manutenção e Conservação de Estradas Municipais	64 643	86 317
Remador - Palha Carga	116 163	71 820
Remador - Santo Antão	110 878	83 079
Remador - Cidade Velha - Santa Ana	60 287	63 101
Remador - Fogo	28 747	62 808
Remador - Pedra Badejo	16 307	9 664
Semac - EN Santiago	21 343	43 218
Semac - Boavista	18 186	11 473
Semac - EN São Vicente	17 581	12 320
Semac - São Nicolau	17 469	55 983
Semac - Brava	16 463	5 991
Semac - Sal	14 909	5 265
Semac - EN Maio	8 435	36 127
Outros	158 084	26 773
	<b>669 495</b>	<b>573 940</b>
<b>Banco Mundial</b>		
Reabilitação da estrada ER-ST-09 - Pedra Badejo - Bretelle EN1- ST-02 - Ribeira dos Picos	116 001	97 382
Reabilitação da estrada ER-ST-08 - Bretelle EN3- ST-22 - Palha Carga/Entre Picos de Roca	103 338	144 189
Reabilitação da estrada EN3-BR-Route-02-Espradinha - Remador - Ilha Brava	62 284	122 779
Reabilitação da estrada EN3-ST-19 - Bretelle EN1- ST-01 - Chão de Formoso/ Gil Bispo	49 515	191 546
Reabilitação da estrada EN3-ST-06 - Cidade Velha - Bretelle EN3- ST-05- Santa Ana	38 676	99 464
Trabalhos de urgência na estrada EN1-ST-01 - Praia - Tarrafal - Ilha de Santiago	32 444	3 823
Reabilitação da estrada EN3-SA-10 Chã de Escudela -Tarrafal de Monte Trigo	4 271	99 317
Outros	102 195	43 786
	<b>508 721</b>	<b>802 285</b>
<b>Direção Geral do Tesouro</b>		
Reabilitação da estrada - Campanas de Cima/Piorno	-	5 209
	<b>-</b>	<b>5 209</b>
<b>Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Boavista e Maio</b>		
Construção da estrada Via Estruturante e Estrada de ligação á Povoação Velha	-	34 700
Trabalhos de fiscalização de 2ª Fase de execução da Via Estruturante e Via Acesso á Povoação Velha	-	5 751
	<b>-</b>	<b>40 452</b>
<b>Infraestruturas de Cabo Verde/PRRA</b>		
Reabilitação da estrada municipal - EM-SLO- Entrocamento EM-SLO-09-Cutelo-Fundura	118 083	44 214
Reabilitação da estrada nacional - ER-SA-08-Esponjicero-Lagoa	80 103	33 940
Reabilitação da estrada municipal - EM-T-01 Entrocamento EN3-ST-28 Achada Igreja/Fazenda, Sant	73 614	49 565
Reabilitação da estrada nacional EN3-ST-14, Nazaré- Praia Baixo, Ilha de Santiago	66 267	20 390
Reabilitação das estradas Tomba Touro/Charco/Achada Leite/R.Barca-Auto	52 970	64 773
Reabilitação da estrada nacional - ER-SA-02-Ribeira da Cruz- Chã de Branquinho- Ilha de Santo Ant	46 033	32 966
Construção da estrada nacional - ER-SA-06 - Entrocamento ER-SA-03-Figueiral -Ilha de Santo Ant	49 862	34 145
Asfaltagem das vias de São Filipe - Ilha do Fogo	38 362	24 589
Reabilitação da estrada - Ribeira da Prata-Fragata - Ilha de São Nicolau	38 271	87 213
Asfaltagem do troço de estrada nacional EN1-ST-01 - Chão Bom até Mangue	7 362	63 691
Reabilitação da estrada Campanas de Cima/Piorno	12 443	100 013
Construção da estrada municipal - EM-PN-09, Ribeira da Cruz -Martine, Santo Antão	17 950	87 600
Reabilitação da estrada EN3-SA-06 - Chã de Igreja Cruzinha	-	163 130
Reabilitação do troço de estrada Cidade Velha- Santa Marta	-	29 000
Construção da estrada Via Estruturante e Estrada de ligação á Povoação Velha	-	2 520
Outros	26 820	13 708
	<b>628 141</b>	<b>851 458</b>
<b>Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação</b>		
Reabilitação da estrada Campanas de Cima/Piorno	-	4 782
	<b>-</b>	<b>4 782</b>
	<b>1 806 357</b>	<b>2 278 125</b>

- (ii) Referem-se às comissões de cobrança de TSMR pelas petrolíferas Vivo Energy Cabo Verde e Enacol.



## NOTA 12 - GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	mESC	
	2021	2020
Ordenados e salários	21 071	19 656
Remunerações dos órgãos sociais	6 358	8 042
Encargos sobre remunerações	4 762	4 904
Acréscimo de Férias	2 344	2 175
Indemnizações	332	-
Seg. de acidentes no trab. e doenças profissionais	55	53
Formação Profissional	-	124
	<b>34 922</b>	<b>34 953</b>
Número médio de colaboradores	<b>21</b>	<b>21</b>

## NOTA 13 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo decompõe como se segue:

	mESC	
	2021	2020
Obras financiadas pela ICV (ver Nota 11 (i))	628 141	851 458
Obras financiadas pelo Banco Mundial (ver Nota 11 (i))	508 721	802 285
Obras financiadas pela SDTIBM (ver Nota 11 (i))	-	40 452
Obras financiadas pela MIOTH (ver Nota 11 (i))	-	4 782
Obras financiadas pela Direção Geral do Tesouro (ver Nota 11 (i))	-	5 209
	<b>1 136 862</b>	<b>1 704 185</b>
Arrecadações da TSMR pelas petrolíferas	661 069	567 601
Correções períodos anteriores	-	49 334
Outros	4 891	475
	<b>1 802 822</b>	<b>2 321 595</b>

Em 2020, as correções relativas a exercícios anteriores compreendiam os gastos incorridos em 2019 com a empreitada de reabilitação da estrada Campanas de Cima – Piorno na Ilha do Fogo, suportados pelo Ministério das Infraestruturas (MIOTH), cujo saldo ascendia a mESC 45 894 (ver Nota 10 (ii)), quando deveriam ter sido registados como rendimentos por contrapartida deste saldo, dado que o montante foi recebido do MIOTH.

## NOTA 14 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Compreendem, essencialmente, mESC 45 191 (2020: mESC 36 325) referentes a TSMR restituídas aos consumidores isentos (pescadores, indústrias, etc.) e relativos ao próprio exercício.



## NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

A Empresa é 100% detida pelo Estado de Cabo Verde.

Os principais saldos à data do balanço e transações ocorridas em 2021 e 2020 entre a Empresa e partes relacionadas sumarizam-se como segue (em mESC):

	2021			
	Balanço		Transações	
	Outras contas e receber (Nota 6)	Outras contas a pagar (Nota 10)	Fornecimento e serviços externos	Outros rendimentos e ganhos
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	89 956	-	628 141	628 141
Ministério das Infraestruturas	-	19 996	-	-
	<b>89 956</b>	<b>19 996</b>	<b>628 141</b>	<b>628 141</b>

	2020			
	Balanço		Transações	
	Outras contas e receber (Nota 6)	Outras contas a pagar (Nota 10)	serviços externos (Nota 11)	rendimentos e ganhos (Nota 13)
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	89 956	-	851 458	851 458
Ministério das Infraestruturas	-	19 996	4 782	4 782
Direção Geral do Tesouro	-	-	5 209	5 209
	<b>89 956</b>	<b>19 996</b>	<b>861 448</b>	<b>861 448</b>

## NOTA 16 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais decompõem-se como se segue:

	mESC	
	2021	2020
Conselho de Administração	5 998	8 042
Fiscal Único	360	262
	<b>6 358</b>	<b>8 304</b>

A remuneração dos auditores é assumida pelo Projeto de Reforma do Sector dos Transportes.

## NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data do balanço até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações financeiras apresentadas ou que mereça menção no Anexo.

